



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

EDITAL Nº 01-2025-R

Processo nº 00012.034880/2024-64

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI

CONTRATANTE:

Secretaria de Estado da Saúde do Piauí

OBJETO:

Formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da has, dm e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP)**, com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 41.370.082,96 (quarenta e um milhões, trezentos e setenta mil oitenta e dois reais e noventa e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/08/2025 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço global

Modo de disputa:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA
PROCESSO Nº 00012.034880/2024-64
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Comissão de Agentes de Contratações, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, para REGISTRO DE PREÇOS, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual n. 21.872/2023, Decreto Estadual n. 21.938/2023 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Sistema eletrônico de compras:

Licitações-e

Cadastro eletrônico de fornecedores:

SICAF

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes na **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data, horário e local.
- 1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
 - 2.1.1. A **Parte Específica** deste Edital indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.
- 2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.
- 2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.
- 2.4. Caso se trate de aquisição de bens, a forma de fornecimento do objeto será definida na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência, Anexo I.
- 2.5. Caso se trate de contratação de serviços, a **Parte Específica** deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.
- 2.6. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.
- 2.7. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:
 - 2.7.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.
 - 2.7.2. O registro a que se refere o subitem 2.7.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.
 - 2.7.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.7.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
 - 2.7.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 2.8. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:
 - 2.8.1. órgãos gerenciador e participantes;
 - 2.8.2. adesões;
 - 2.8.3. preços registrados e respectivos reajustes;
 - 2.8.4. vigência.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no cadastro de fornecedores e no sistema de compras indicados no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastro de fornecedores dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.
- 3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.
- 3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.
- 3.2.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:
- 3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.
- 3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido no item 8.17.3.1 da **Parte Específica** deste Edital.
- 3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;
- 3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1.
- 3.4. Não poderão participar desta licitação:
- 3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.4.12. Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;
- 3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.

4.17. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido na **Parte Específica**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de

findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- 7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 7.1.5. Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.
- 7.1.6. Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2.1 e 4.6 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 108 a 114 Decreto estadual n. 21.872/2023.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1. conter vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.9, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- 7.10.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 7.10.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 7.10.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- 7.10.4. Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;
- 7.10.5. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 7.10.6. Estudos setoriais;
- 7.10.7. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 7.10.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;
- 7.10.9. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o Pregoeiro exigirá apresentação de amostra do item no prazo de **10 (dez) dias corridos**.

- 7.13.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo Pregoeiro.
- 7.13.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.
- 7.13.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.

7.13.4. Em até **2 (dois) dias úteis** após o prazo de envio da amostra, a Administração remeterá ao Pregoeiro relatório, aprovando ou desaprovaando o item submetido à análise prévia.

7.13.5. Em sendo desaprovaado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o Pregoeiro deverá notificar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.

7.13.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a compatibilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.13.7. A amostra aprovada pela Administração servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

7.13.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição editalícia.

7.13.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.

7.13.10. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Administração para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Caso o item 4.16 da **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2. A habilitação do licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.2.1. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.2.2. Caso a empresa não esteja inscrita no cadastro eletrônico ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.10. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1 da **Parte Específica**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.17.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNEA, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.17.2. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.17.2.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências de qualificação técnica, podendo exigir:

a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;

b) Requisitos de capacidade técnico-operacional;

c) Requisitos de capacidade técnico-profissional.

8.17.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.17.2.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.17.2.4. Será admitida, caso exigida a comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.17.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, [Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15](#):

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

LG= (AC+RLP) / (PC+PNC)

SG= AT / (PC+PNC)

LC= AC / PC

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

d) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

e) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

f) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

h) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

8.17.3.1. Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica**, salvo justificativa anos autos.

8.17.4. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.18. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.18.5. A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.18.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.19. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;

b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;

d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.20. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.20.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.20.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.20.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.20.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através dos contatos indicados no item 8.20.1 da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.20.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.20.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. **DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Para a contratação do objeto junto ao licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do objeto ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

11.10. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

11.10.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.10.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.10.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no subitem 11.10.1, e observado o disposto no item 2.7.2, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ;

12.1.6. fraudar a licitação;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 12.1.3 e 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 12.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

12.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

13.11. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

13.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

13.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

13.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

A.1 - Apêndice 1 do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

B) ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

C) ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;

D) ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

E) ANEXO V – DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO; e,

- F) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88.
- G) ANEXO VII - DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Sistema Eletrônico utilizado no certame: licitações-e do Banco do Brasil - www.licitacoes-e.com.br Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF Data do Início do Acolhimento das Propostas: 24.07.2025 Horário: 16h Data da Rodada de Lances: 12.08.2025 Horário: 10h Local: Av. Pedro Freitas, S/Nº, Centro Administrativo, Bloco. "A", 1º andar, Bairro: São Pedro, CEP 64018-900. Teresina - PI INFORMAÇÕES: cplsaude@saude.pi.gov.br . Telefone: (86) 99411-7723 (Somente em dias úteis, de 7h30 às 13h30)
2.1	Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da HAS, DM e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP) , com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
2.1.1	☒ O serviço ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante. ☐ O serviço não ocorrerá de forma continuada, tendo em vista se trata de atividade esporádica que deverá ser realizada em um período de tempo predeterminado.
2.2	☐ A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. ☐ A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem. ☒ O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, haja vista a natureza indivisível do objeto. ☐ O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, com vistas a evitar o prejuízo para o conjunto ou a perda de economia de escala.
2.3	☒ Foi estimado o Preço Total de R\$ 41.370.082,96 (quarenta e um milhões, trezentos e setenta mil oitenta e dois reais e noventa e seis centavos) , conforme tabela de Preços do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, sendo que os preços unitários e globais estimados representam os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item. ☐ Foi estimado o Preço Total de (...), sendo que os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item correspondem aos preços unitários e globais estimados acrescidos do percentual definido na tabela de Preços constante no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. ☐ Os documentos referentes aos orçamentos, bem como o preço estimado da contratação, possuem caráter sigiloso e serão disponibilizados exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021. 2.3.1. O preço estimado ou o preço máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após definido o resultado do julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
2.4	☐ A entrega dos bens ocorrerá de forma (<i>integral ou parcelada</i>), de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. ☒ Não se aplica.

2.5	☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. ☒ Não se aplica
2.7	☐ A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços. ☒ A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços.
3.2.1	☒ O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência. ☐ Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006. ☐ Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006; e para os itens (...), (...), haverá reserva de (máximo de 25%) para as referidas entidades, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006. 3.2.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. 3.2.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
3.3	☐ Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no subitem 3.3 da Parte Geral deste Edital. ☒ Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
3.11	☐ Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação. ☒ Não será permitida a participação da cooperativas no certame.
4.1	☒ A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. ☐ A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.
4.8	☒ Considerando que o sistema de compras utilizado no certame não possui as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação. ☐ As declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser assinaladas no campo próprio do sistema.
4.16	☐ Será exigido o recolhimento de (reais) a título de garantia de proposta. 4.16.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. 4.16.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro-garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. ☒ Não será exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.
5.1	O lance deverá ser ofertado através do sistema Licitações-e do Banco do Brasil S/A na internet, constante no endereço eletrônico: https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp , através de acesso identificado por meio de chave e senha, observando, ainda, os passos constantes do manual do usuário fornecedor da plataforma, disponível no endereço eletrônico: https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/assets/pdf/postsFornecedor/Envio%20de%20Propostas%20Fornecedor.pdf . O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO LOTE .

5.8	A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
6.1	☐ Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO (ou maior desconto) POR LOTE (grupo de itens), observadas as condições definidas neste edital e anexos. ☐ Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO (ou maior desconto) POR ITEM, observadas as condições definidas neste edital e anexos ☐ Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO (ou maior desconto) POR LOTE, para o(s) lotes: _____ e MENOR PREÇO (ou maior desconto) POR ITEM, para os itens: _____, observadas as condições definidas neste edital e anexos. ☒ Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL .
6.6	O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO LOTE .
6.9	☒ O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais) .
6.11	☐ Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. ☒ Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “ ABERTO E FECHADO ”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. ☐ Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “ <i>fechado e aberto</i> ”, em que somente poderão participar da etapa aberta os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
6.22.4	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação do pregoeiro.
8.9.1	Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
8.17.1, “k”	K.1. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.
8.17.1, “l”	☒ Serão exigidos os seguintes documentos adicionais: - A Contratada deve possuir registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com habilitação para o serviço a ser executado, conforme artigo 4º, na Portaria nº 2567 de 25 de novembro de 2016, do Ministério da Saúde. ☐ Não serão exigidos documentos adicionais.

8.17.2.1	Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo prestador de serviços serão: 1) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. 2) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente; 3) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017. 4) Deverá ser comprovada a aptidão por meio de prova de conceito com a apresentação da solução tecnológica ofertada para equipe técnica da SESAPI, formalmente designada, observados os requisitos definidos no ANEXO VII deste Edital. a) A partir da convocação do pregoeiro, o licitante detentor da melhor proposta terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para dar início à prova de conceito nas dependências da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI); b) A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro. c) A prova de Conceito terá prazo máximo de 15 dias úteis para ser concluída após seu início; d) Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes; e) A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas; e.1) Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório; e.2) Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou outro que vier a ser definido de forma justificada pela equipe técnica designada, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicadas; e.2.1) Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (POC), venha a apresentar falha durante o teste; e.2.2) Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório. e.3) Caso o relatório indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório, e será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentação da solução em nova prova de conceito. e.3.1) Esse procedimento poderá se repetir sucessivamente até que um licitante atenda integralmente aos requisitos estabelecidos neste instrumento e seja aprovado na POC. f) Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência. g) Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema. 5) Comprovação de propriedade da plataforma tecnológica ofertada, por meio de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo vedada a subcontratação 6) O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
8.17.2.1, "a"	Além da comprovação de aptidão, os fornecedores deverão apresentar a seguinte documentação: 1) A Contratada deve possuir registro no Conselho Regional de Engenharia (CREA); 2) A Contratada deverá possuir registro no Conselho Regional de Administração (CRA) e designar um responsável pela gerência de qualidade com experiência comprovada em gestão e registro ativo no CRA; 3) A Contratada e o responsável pela área de tecnologia, devem possuir registro no Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT).
8.17.2.1, "b"	☒ Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou prestação de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. ☐ Não será exigida documentação quanto à capacidade técnico operacional.

8.17.2.1, “c”	☒ Quanto à capacitação técnico-profissional, será exigida apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características similares às do objeto licitado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada. Para fins da comprovação de que trata este subitem: - O responsável pela gerência de qualidade deverá possuir experiência comprovada em gestão e registro ativo no Conselho Regional de Administração (CRA); - Os profissionais contratados da área da saúde, devem possuir registro no Conselho de Classe competente; - O responsável pela área de tecnologia, deve possuir registro no Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT); - Os Responsáveis Técnicos devem possuir registro ativo nos respectivos Conselhos de Classe, conforme a área de atuação, com a devida comprovação documental da inscrição, e assumir as seguintes atribuições: gerenciamento da plataforma, atendimento nas especialidades e coordenação da capacitação profissional. ☐ Não será exigida documentação quanto à capacidade técnico profissional.
8.17.3, “e”	☒ O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. ☐ O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 <u>não</u> necessita ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
8.17.3, “f”	☐ A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo não inferior a (...) % do preço estimado da contratação ou item pertinente. ☒ A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% do preço estimado da contratação ou item pertinente.
8.17.3.1	☐ Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de (10% a 30%) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme art. 15, § 2º, da Lei n. 14.133/2021. ☐ Não haverá acréscimo quanto aos requisitos de habilitação econômico-financeira para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante nos autos. ☒ Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio.
8.17.3.2.	☒ O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, conforme art. 69, §1º da Lei nº 14.133, de 2021 . ☐ Não será exigida, para fins de atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3, declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.
8.20	☐ Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. ☒ Não se aplica ao caso a realização de vistoria.
8.20.1	☒ Informações para esclarecimento de eventuais dúvidas: cplsaude@saude.pi.gov.br. Telefone: (86) 99411-7723.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico cplsaude@saude.pi.gov.br, sendo que a resposta será divulgada no sítio http://www.licitacoes-e.com.br .
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico www.sei.pi.gov.br
13.12	O presente edital poderá ser retirado no (s) seguinte (s) endereço (s) eletrônico (s): http://www.licitacoes-e.com.br , http://www.saude.pi.gov.br/licitacoes e https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/ .
13.14	Integram este Edital os Anexos mencionados na Parte Geral deste edital.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA MARÍLIA DA SILVA SANTOS - Matr.03717038, Superintendente da Atenção a Saúde e Municípios**, em 18/07/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 18/07/2025, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019242665** e o código CRC **5F8B8833**.

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI
PROCESSO Nº 00012.034880/2024-64



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - http://www.saude.pi.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00012.034880/2024-64

1. OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de referência é a Formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da HAS, DM e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP)**, com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E VALORES DO OBJETO

2.1. A descrição, os valores e os quantitativos apresentados na tabela abaixo tomaram por base as informações presentes no Documento de Formalização da Demanda (ID SEI 015770902), bem como nos melhores preços demonstrados no documento de Pesquisa de Preço SESAPI 684 (ID SEI 015886915).

2.2. O custo anual estimado é de **R\$ 41.370.082,96 (quarenta e um milhões e trezentos e setenta mil e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Software de Linha de cuidado. O software será instalado em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) envolvidas no projeto. Será configurado para integrar-se aos sistemas existentes, garantindo que todos os dados dos pacientes sejam centralizados e acessíveis, com suporte de TI 24 (vinte e quatro) horas, 7 dias por semana; Treinamento de Usuários: Profissionais de saúde receberão treinamento completo sobre como utilizar o software, focando em suas funcionalidades, como a estratificação de risco cardiovascular, gerenciamento de diagnóstico e prescrição baseada em evidências; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Unidade de Saúde	1.593	646,06	1.029.173,58	12.350.082,96
2	Equipe de monitoramento. Serão 12 (doze) equipes compostas por 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 02 (dois) auxiliares de enfermagem para as 12 (doze) regiões de saúde.	Equipe	12	12.500,00	150.000,00	1.800.000,00
3	Equipe de gestão. A equipe deverá dispor de 01 (um) médico com especialidade em cardiologista, sendo exigida a comprovação de Registro de Qualificação de Especialista (RQE), com comprovada experiência no tratamento da HAS para coordenar as ações do projeto; 01 (um) enfermeiro para coordenação do projeto; 01 (um) gerente de qualidade que será responsável pela emissão de relatórios de utilização do serviço e a implementação da estrutura necessária nas unidades.	Equipe	1	30.000,00	30.000,00	360.000,00

TREINAMENTO (VALOR POR EDUCANDO/ANO)

4	Plataforma de Educação Continuada. Realizar treinamentos regulares para todos os agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde envolvidos no tratamento da hipertensão arterial (HAS), diabetes mellitus (DM) e dislipidemia, conforme práticas atuais (estimativa de alunos = 17.000 profissionais / equivalente a 7.254 Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais das 1.593 UBS do Estado do Piauí); implementar programas educativos para pacientes visando melhorar a sua compreensão sobre as doenças e o manejo delas, incluindo dietas, exercícios e adesão ao tratamento (estimativa de pacientes = 30% da população adulta, aproximadamente 900.000 com HAS, DM ou dislipidemia), ensinando-os sobre gestão de doenças, nutrição e exercícios, além de técnicas para melhor adesão ao tratamento; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Educandos	17.000	1.580,00	-	26.860.000,00
VALOR GLOBAL (R\$)						41.370.082,96

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação do presente objeto deste Termo de Referência se dará por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global.

3.2. A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 21.872 de 17 de março de 2023, considerando os Princípios Licitatórios e aplicando subsidiariamente as demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

4. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO SERVIÇO COMUM

4.1. O objeto desta contratação abrange a prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM) e dislipidemia (DLP), contemplando o fornecimento de software e a realização de treinamentos. Dada a natureza padronizável das atividades e a ampla oferta desses serviços no mercado, sua classificação se enquadra como serviço comum.

4.2. A classificação do objeto como serviço comum fundamenta-se nos seguintes critérios:

4.2.1. Padronização no Mercado: Os serviços a serem contratados possuem características usuais e amplamente reconhecidas no setor de saúde, sem necessidade de desenvolvimento exclusivo para a Administração.

4.2.2. Especificações Objetivas: As funcionalidades do software e o conteúdo dos treinamentos seguem diretrizes clínicas e metodologias padronizadas, permitindo a definição clara dos requisitos deste Termo de Referência e garantindo julgamento objetivo das propostas.

4.2.3. Disponibilidade de Fornecedores: Há ampla oferta dos serviços no mercado, viabilizando a concorrência entre diferentes empresas qualificadas, sem a necessidade de restrições que caracterizem a contratação como técnica especializada.

4.2.4. Baixo Grau de Personalização: A plataforma de software a ser fornecida utiliza padrões compatíveis com sistemas existentes, sem necessidade de customização profunda, e os treinamentos seguem protocolos clínicos reconhecidos, assegurando a padronização da execução.

4.2.5. Ausência de Predominância Intelectual: Os serviços a serem prestados envolvem aplicação de metodologias já estabelecidas e replicáveis, sem exigência de inovação, desenvolvimento inédito ou análise altamente especializada.

4.2.6. Critério Objetivo de Julgamento: A contratação pode ser conduzida pelo critério de menor preço global, uma vez que os serviços são comparáveis entre diferentes fornecedores e não exigem avaliação técnica subjetiva para definição da melhor proposta.

4.3. Dessa forma, considerando os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.801/2019 – Plenário, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), a presente contratação pode ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, garantindo competitividade, eficiência e economicidade à Administração Pública.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação pública para a implementação do Programa Mais Saúde Piauí se justifica com base em vários fatores críticos relacionados à eficiência e qualidade do sistema de saúde. Apesar de a atenção primária ser tradicionalmente uma competência municipal, a necessidade urgente de melhorar os índices de saúde pública no Estado do Piauí justifica a intervenção estadual para garantir um sistema de saúde mais eficaz e equitativo.

5.2. A deficiência na atenção primária tem levado a diagnósticos tardios e ao agravamento de doenças, resultando em tratamentos mais complexos e onerosos. Esse cenário sobrecarrega os serviços de média e alta complexidade, aumentando significativamente os custos para o sistema de saúde e comprometendo a qualidade do atendimento. Ao investir na atenção primária, o Programa Mais Saúde Piauí visa promover a prevenção e o diagnóstico precoce, elementos fundamentais para evitar complicações que poderiam ser tratadas com intervenções mais simples e menos custosas. Com isso, espera-se uma redução substancial nos custos associados a tratamentos mais avançados e um alívio para os serviços secundários e terciários.

5.3. O Programa Mais Saúde Piauí busca uma melhor integração e coordenação dos cuidados de saúde, essencial para a gestão eficaz de doenças crônicas. A intervenção estadual permitirá a implementação de estratégias que garantam a continuidade do tratamento e a atenção contínua às necessidades dos pacientes, especialmente nas áreas mais remotas e vulneráveis. Esta abordagem integrada é crucial para promover um atendimento mais eficiente e coordenado, diminuindo as desigualdades regionais em saúde e garantindo que todas as populações recebam a atenção adequada.

5.4. O Estado do Piauí possui uma infraestrutura avançada, acesso a tecnologias e programas de capacitação que são fundamentais para a execução bem-sucedida do Programa Mais Saúde Piauí. A combinação de recursos estaduais e inovação tecnológica permitirá a implementação de dispositivos de monitoramento remoto e sistemas de informação digital, promovendo um acompanhamento contínuo e personalizado dos pacientes. Este uso estratégico dos recursos e tecnologias avançadas é essencial para melhorar o acesso e a eficiência dos cuidados de saúde, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso.

5.5. O Programa Mais Saúde Piauí também foca na educação continuada dos profissionais de saúde e na conscientização da população sobre práticas preventivas e autocuidado. A formação contínua é vital para garantir que os profissionais estejam atualizados com as melhores práticas e técnicas de atendimento. A conscientização da população sobre a importância da prevenção e do autocuidado pode levar a uma adesão maior às práticas de saúde e, conseqüentemente, a uma redução nos índices de doenças evitáveis.

5.6. A criação de um modelo de atenção integrada e baseado em evidências, como o previsto pelo Programa Mais Saúde Piauí, tem o potencial de servir como um exemplo positivo para outras regiões do Brasil. A capacidade de demonstrar melhorias significativas nos indicadores de saúde através de estratégias bem planejadas e executadas pode posicionar o Piauí como um líder na inovação em saúde pública, inspirando outras regiões a adotar abordagens semelhantes.

5.7. A implementação do Programa Mais Saúde Piauí é uma medida estratégica e justificada para enfrentar as deficiências atuais no

sistema de saúde, melhorar os índices de saúde da população e reduzir os custos associados ao tratamento de doenças avançadas. A intervenção estadual proporciona os recursos, a coordenação e a inovação necessários para transformar o sistema de saúde, beneficiando diretamente os piauienses e estabelecendo um modelo de referência para outras regiões.

5.8. O Piauí, assim como muitos estados brasileiros, enfrenta enormes desafios no gerenciamento de doenças crônicas, particularmente **hipertensão, diabetes e dislipidemia**. Estatísticas do sistema de saúde indicam que apenas 26% dos pacientes hipertensos e cerca de 20% dos diabéticos no estado têm suas condições controladas adequadamente. Esses números estão bem abaixo das médias nacionais e internacionais recomendadas para o controle dessas doenças, que são cruciais para prevenir complicações graves e reduzir a mortalidade.

5.9. A inovação tecnológica é outro componente central do programa. O de dispositivos de monitoramento remoto e sistemas de informação digital permitirá um acompanhamento contínuo e personalizado dos pacientes, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso. Essa abordagem inovadora e integrada não só melhorará o acesso aos cuidados de saúde, mas também otimizará a alocação de recursos, garantindo um atendimento mais eficiente e eficaz.

5.10. A criação de um modelo de atenção integrada, baseado em evidências, tem o potencial de servir como um exemplo para outras regiões do Brasil. O Programa Mais Saúde Piauí pode demonstrar que é possível alcançar melhorias significativas nos indicadores de saúde com estratégias bem planejadas e executadas, promovendo um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e sustentável.

5.11. A implementação de protocolos clínicos baseados em evidências e a estruturação de um sistema eficaz de referência e contrarreferência visam garantir que os pacientes recebam o cuidado necessário no momento certo, reduzindo a incidência de complicações severas e hospitalizações, o que por sua vez deve contribuir para a redução das taxas de mortalidade associadas a essas doenças.

5.12. O Programa Mais Saúde Piauí adotará uma abordagem abrangente e técnica para aprimorar a saúde pública no estado. Implementará protocolos rigorosos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, incluindo **hipertensão, diabetes e dislipidemia**.

5.13. Portanto, a implementação do Programa Mais Saúde Piauí na atenção primária pelo Estado, apesar de não ser sua competência principal, é uma medida necessária e justificada para abordar as deficiências atuais e melhorar os índices de saúde da população. A intervenção estadual proporciona os recursos, a coordenação e a inovação necessárias para transformar o sistema de saúde, resultando em uma redução dos custos e uma melhoria na qualidade do atendimento em todos os níveis. Esta iniciativa não só beneficiará diretamente os piauienses, mas também poderá servir como modelo para outras regiões enfrentarem desafios semelhantes, posicionando o Piauí na vanguarda da inovação em saúde pública.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A escolha da solução integrada, foi baseada em uma análise abrangente de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Esta solução se destaca em vários aspectos técnicos e operacionais que a tornam a melhor opção para o Programa Mais Saúde Piauí.

6.2. Este programa visa:

- Reduzir a incidência de doenças evitáveis: Rastreamento de doenças e promoção de hábitos saudáveis.
- Promover o diagnóstico precoce e tratamento oportuno: Através de exames regulares, monitoramento contínuo e acesso facilitado aos serviços de saúde.
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos: Oferecendo programas de educação em saúde, apoio psicológico e serviços de reabilitação.

6.2.1. A metodologia inovadora do Programa Mais Saúde Piauí inclui:

- Abordagem Diferenciada: Utilização de tecnologias avançadas como dispositivos de monitoramento remoto, telemedicina e aplicativos de saúde para acompanhamento constante dos pacientes.
- Controle de Dados: Implementação de um sistema integrado de gestão de saúde que coleta, analisa e utiliza dados em tempo real para personalizar tratamentos e intervenções.
- Equipe Multidisciplinar: Envolvimento efetivo e integrado de profissionais de saúde de diversas áreas para um atendimento holístico e centrado no paciente.
- Educação em Saúde: Campanhas de conscientização e programas educativos voltados utilizando canais de comunicação modernos e eficientes aproximando a população do conhecimento prático, estimulando a adotar hábitos saudáveis e realizar autocuidados.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de fornecedores, com ofertas individualizadas por itens ou unidades autônomas. O § 3º do art. 40 da Lei 14.133/2021 estabelece que o parcelamento não deverá ser adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

7.2. Para garantir a integridade, a qualidade e a continuidade dos serviços de linha de cuidado de hipertensão arterial e diabetes, o objeto licitatório desta contratação de serviços de saúde, **não será parcelado**, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar (ID SEI 016144665), uma vez que se não se mostra técnica e economicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos, além do que o parcelamento poderia comprometer a eficácia do atendimento integral, além de prejudicar a coordenação entre as diferentes fases do cuidado, desde a prevenção e diagnóstico até o tratamento e acompanhamento pós-tratamento.

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO AS ME E EPP EM CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES PÚBLICAS

8.1. Os bens ou produtos de natureza divisível cujos valores estimados sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, beneficiadas pela LC nº. 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e subsidiadas pelo Decreto Estadual nº. 16.212 de 05 de outubro de 2015.

8.2. Para os bens ou produtos de natureza divisível cujos valores estimados ultrapassem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão reservadas cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, beneficiadas pela LC nº. 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e subsidiadas pelo Decreto Estadual nº. 16.212 de 05 de outubro de 2015.

8.3. O benefício trazido pela LC 123/2006 e alterado pela LC 147/2014 é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal que pretende ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação.

8.4. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

8.6. Para a realização da presente licitação, **não foram estabelecidas cotas exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de**

Pequeno Porte (EPP), em razão de o valor anual estimado da contratação ultrapassar o limite de faturamento de **R\$ 4,8 milhões**, conforme estipulado pela Lei Complementar nº 123/2006.

9. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

9.1. Com base na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 15, que regulamenta as regras para a formação de consórcios em licitações e contratos administrativos, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente processo licitatório para a prestação de serviços de linha cuidado de hipertensão arterial e diabetes.

9.2. A vedação se justifica pela necessidade de garantir a responsabilidade técnica direta e integral de uma única empresa Contratada, conforme previsto no art. 36, inciso V, do Decreto Estadual nº 21.872/2023, que dispõe sobre a previsão da vedação ou da participação de empresas sob a forma de consórcio no processo de contratação pela execução do objeto contratual. Dado o caráter especializado do serviço a ser contratado, é imprescindível que a Contratada possua capacidade técnica e operacional para atender, de forma contínua e conforme as exigências e padrões de qualidade determinadas pela administração pública e órgãos reguladores, sem a diluição de responsabilidades que poderia ocorrer em um consórcio.

9.3. Além disso, a exclusão de consórcios visa evitar a complexidade adicional na gestão contratual e na atribuição de responsabilidades entre os consorciados, assegurando que a administração pública possa monitorar e exigir o cumprimento das obrigações contratuais de forma mais eficiente, conforme o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10.1.1. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, a Contratada deverá priorizar, para a execução dos serviços o desenvolvimento nacional sustentável em suas operações de forma a contribuir para evolução sustentável de seus serviços.

10.1.2. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, práticas sustentáveis no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

- a) Economia de energia;
- b) Economia em materiais como copos plásticos descartáveis e papel toalha;
- c) Economia de água;
- d) Reciclagem de lixo (separação do lixo, de modo a não misturar recicláveis com orgânicos);
- e) Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

10.1.3. Caso seja constatado o registro reiterado de ocorrências por descumprimento das orientações acima, a empresa contratada poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

10.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, na forma indicada neste Termo de Referência, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

10.3. DOS REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.3.1. A Contratante e a Contratada comprometem-se em cumprir suas obrigações, quando houver tratamento de dados pessoais, no que couber, ao abrigo da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

10.3.2. Conforme a LGPD, dados pessoais são quaisquer informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável. Já dados pessoais sensíveis são dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

10.3.3. Ainda consoante a LGPD, o tratamento destes dados pessoais, sensíveis ou não, será toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

10.3.4. A Contratada prestará à Contratante os serviços previstos com atenção às regras de proteção de dados e a partir das premissas da LGPD, em especial os seus princípios, conforme descrito no Art. 9º desta lei.

10.3.5. A Contratada somente poderá realizar o tratamento dos dados que lhe forem repassados pela Contratante conforme as instruções desta e nos exatos limites do contrato. Os dados pessoais que forem repassados desta forma serão acessados somente por funcionários da Contratada, ficando sob sua responsabilidade o estabelecimento dos termos e controles de sigilo sobre estes acessos.

10.3.6. A Contratada compromete-se a não utilizar os dados fornecidos pela Contratante para qualquer outro propósito que não o cumprimento do objeto do contrato, assim como jamais colocará, por seus atos ou por sua omissão, a Contratante em situação de violação das leis de proteção de dados.

10.3.7. Caso a Contratada considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com o contrato ou que uma instrução da CONTRATANTE pode infringir a LGPD ou outras leis relacionadas à proteção de dados, a Contratada prontamente notificará a Contratante e aguardará novas instruções.

10.3.8. Quando solicitado, a Contratada fornecerá à Contratante todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações previstas nesta cláusula contratual.

10.3.9. A Contratada compromete-se a eliminar os dados pessoais, sensíveis ou não, aos quais teve acesso em razão do contrato firmado com a Contratante assim que a finalidade do tratamento for alcançada; os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade e/ou for encerrado a prestação de serviços que serviu de objeto do contrato originário firmado com a Contratante e/ou nos casos contidos na Lei de Acesso à Informação.

10.3.10. A Contratante terá o direito de auditar o tratamento de dados pessoais, sensíveis ou não, realizado pela Contratada com base nesta cláusula, incluindo, mas não se limitando, as medidas técnicas e organizacionais implementadas pela Contratada.

10.3.11. A Contratada indenizará à Contratante qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custo e despesas, incluindo, mas não se limitando, os devidos honorários advocatícios, as multas, penalidades ou custos investigativos relativos às demandas que surgirem em razão do não cumprimento por parte da Contratada das obrigações previstas na LGPD especificamente direcionadas aos operadores, conforme já definido no presente instrumento.

10.3.12. Se o titular dos dados, a autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações da Contratada relativas ao tratamento de dados pessoais, sensíveis ou não, a Contratada submeterá esse pedido à apreciação da Contratante. A Contratada não poderá, sem instruções prévias da Contratante, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

10.3.13. Contratante e a Contratada, na condição de agentes de tratamento, adotarão medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.3.14. Na hipótese de ocorrer um incidente de segurança, a Contratada informará a Contratante, por escrito, acerca desta, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência do incidente. As informações a serem disponibilizadas pela Contratada incluirão pelo:

- a) quais dados foram vazados;
- b) informações sobre possíveis acessos suspeitos e as respectivas credenciais utilizadas; endereços IPs e portas utilizadas nos acessos suspeitos; registros de logs; eventuais técnicas de ataque identificadas pela equipe de tratamento de incidente;
- c) descrição da natureza da violação dos dados pessoais, incluindo as categorias e o número e identificação de titulares de dados impactados, bem como as categorias e o número de registros de dados impactados;
- d) os riscos relacionados ao incidente; e) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e
- e) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos dados pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos.

10.4. DOS REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

10.4.1. A empresa Contratada deverá realizar treinamentos para todos para os profissionais de saúde envolvidos no tratamento da hipertensão arterial (HAS), diabetes mellitus (DM) e dislipidemia, conforme práticas atuais (estimativa de alunos = 17.000 profissionais / equivalente a 7.254 Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais das 1.593 UBS do Estado do Piauí); implementar programas educativos para pacientes visando melhorar a sua compreensão sobre as doenças e o manejo delas, incluindo dietas, exercícios e adesão ao tratamento (estimativa de pacientes = 30% da população adulta, aproximadamente 900.000 com HAS, DM ou dislipidemia), ensinando-os sobre gestão de doenças, nutrição e exercícios, além de técnicas para melhor adesão ao tratamento, conforme descrito abaixo:

10.4.2. **Público-Alvo:** sendo Agentes Comunitários de Saúde (ACS), médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais profissionais envolvidos na atenção primária à saúde.

10.4.3. Metodologia:

- I - Treinamento **híbrido**;
- II - Modalidade **presencial** para pequenos grupos (quando indicado);
- III - Modalidade **remota** por meio de plataforma digital (para grupos maiores ou onde não houver possibilidade de encontros presenciais).

10.4.4. Conteúdo Programático:

- I - Uso prático da plataforma de gerenciamento;
- II - Cadastro e acompanhamento dos pacientes;
- III - Estratificação de risco cardiovascular e uso dos protocolos clínicos;
- IV - Inserção e análise de exames e indicadores de saúde em tempo real.
- V - Manejo de HAS, DM e dislipidemia;
- VI - Diagnóstico precoce e critérios de estratificação;
- VII - Técnicas de monitoramento e intervenções com base em evidências científicas;
- VIII - Orientação sobre prescrição medicamentosa e não medicamentosa.
- IX - Integração entre níveis de cuidado;
- X - Utilização do sistema para comunicação entre equipes (UBS, SAMU, hospitais e regulação);
- XI - Fluxo de informações e organização dos atendimentos.
- XII - Carga Horária: 12 horas/aula divididas em módulos teórico-práticos.

10.4.5. Certificação:

- I - Emissão de certificados de conclusão para os profissionais capacitados.
- II - Capacitação de Pacientes
- III - Público-Alvo: Pacientes diagnosticados com HAS, DM e dislipidemia, estimados em **900.000 pessoas* (30% da população adulta).

10.4.6. Metodologia:

- I - Programas educativos com uso de materiais interativos e digitais, abordando:
- II - Educação em saúde: compreensão das doenças e suas complicações;
- III - Autocuidado: adesão ao tratamento, monitoramento domiciliar e gestão dos sintomas;
- IV - Estilo de vida: práticas de dieta saudável, atividades físicas e redução de fatores de risco.

10.4.7. **Ferramentas Utilizadas:** Vídeos explicativos, cartilhas digitais, webinars e cursos interativos por meio da plataforma Contratada.

10.4.8. **Objetivo:** Melhorar o conhecimento e a adesão ao tratamento pelos pacientes, visando a redução de complicações, hospitalizações e mortalidade.

10.4.9. **Monitoramento e Avaliação** - Realizar avaliação periódica da eficácia dos treinamentos por meio de:

- a) Indicadores de desempenho dos profissionais capacitados (ex.: taxa de uso correto da plataforma, qualidade dos registros clínicos).
- b) Indicadores de adesão e conhecimento dos pacientes (ex.: taxa de controle de HAS, DM e dislipidemia).
- c) Relatórios de acompanhamento deverão ser entregues à SESAPI a cada **trimestre**, detalhando a evolução e os resultados das capacitações realizadas.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. O processo de execução dos serviços deverá seguir os seguintes passos:

11.1.1. Infraestrutura: A Contratada deverá disponibilizar condições necessárias para acesso à plataforma web, com conexão com a internet, hardware, sistemas operacionais e navegadores;

11.1.2. Implantação: Acompanhamento remoto pelo período necessário para Treinamento/Capacitação dos coordenadores, equipe gerencial, prestadores de serviços médicos e outros usuários para utilização da ferramenta e Cadastramento das unidades de saúde, dos prestadores de serviços e usuários;

11.1.3. Pós-implantação: Acompanhamento remoto para utilização e melhor aproveitamento da ferramenta;

11.1.4. Suporte Técnico: Durante vigência contratual, na execução de atividades para atendimento aos usuários do sistema com a finalidade de garantir a sua plena utilização. Esse suporte será realizado pela equipe remota de retaguarda da Contratada com capacidade de atendimento de 8 (oito) horas por dia x 7 (sete) dias por semana.

11.2. A Contratada deverá dispor de:

- a) até 2 (dois) profissionais da área da saúde, podendo ser médico e/ou enfermeiro, por cada uma das 12 (doze) regiões de saúde;
- b) até 1 (um) responsável pela parte de tecnologia (TI);
- c) até 1 (um) gerente de qualidade que será responsável pela emissão de relatórios de utilização do serviço e a implementação da estrutura necessária nas unidades.

12. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

12.1. A implantação do programa deve melhorar significativamente o diagnóstico, tratamento e controle da hipertensão, diabetes e dislipidemia em todo o Estado do Piauí, contribuindo assim para a redução das taxas de mortalidade por doenças cardiovasculares e melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

12.1.1. Deverá Implementar o Software em Unidades Básicas de Saúde (UBS):

- a) Equipar as UBSs com o Software para automatizar e aprimorar o gerenciamento dos pacientes desde o diagnóstico até o tratamento;
- b) Utilizar o software para realizar a estratificação de risco cardiovascular, facilitando a identificação de pacientes em maior risco que necessitam de intervenções mais intensivas;
- c) Estabelecer Protocolos Clínicos Unificados: Desenvolver e implementar protocolos que norteiem o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento dos pacientes com **HAS**, **DM** e **DLP**, baseados nas melhores evidências científicas contidas em diretrizes médicas nacionais e internacionais;
- d) Garantir que todos os profissionais de saúde nas UBSs sigam os mesmos protocolos para proporcionar um tratamento consistente e eficaz;
- e) Promover Educação Continuada: Organizar treinamentos regulares e workshops, com periodicidade anual, para médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde sobre as últimas práticas e pesquisas relacionadas ao tratamento das três condições;
- f) Implementar programas educativos para pacientes visando melhorar a sua compreensão sobre as doenças e o manejo delas, incluindo dietas, exercícios e adesão ao tratamento;
- g) Desenvolver um Sistema Eficiente de Referência e Contrarreferência: Criar um fluxo claro e eficiente para encaminhar pacientes entre a atenção básica e serviços especializados quando necessário;
- h) Assegurar uma integração eficaz entre diferentes níveis de atendimento para evitar descontinuidades no cuidado;
- i) Monitorar e Avaliar os Resultados do Projeto: Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o desempenho do projeto em relação aos objetivos estabelecidos (Indicadores mínimos: níveis de pressão arterial sistólica e diastólica, níveis de hemoglobina glicosilada, níveis de LDL colesterol, porcentagem de pacientes dentro das metas estabelecidas para os 3 (três) indicadores anteriores), disponibilizando dados gerais e regionalizados;
- j) Ajustar as estratégias com base nos dados coletados para melhorar continuamente a eficácia do projeto, visando o atingimento das metas baseadas nos indicadores pré-estabelecidos;
- k) Atingir e superar os índices de pelo menos duas consultas por ano com objetivo de controle da pressão arterial e realização de 2 exames laboratoriais com objetivo de controle de hemoglobina glicada e perfil lipídico ao ano.

12.2. Metodologia

12.2.1. Implementação do Software:

12.2.1.1. Instalação e Configuração: O software será instalado em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) envolvidas no projeto. Será configurado para integrar-se aos sistemas existentes, garantindo que todos os dados dos pacientes sejam centralizados e acessíveis.

12.2.1.2. Treinamento de Usuários: Profissionais de saúde receberão treinamento completo sobre como utilizar o software, focando em suas funcionalidades, como a estratificação de risco cardiovascular, gerenciamento de diagnóstico e prescrição baseada em evidências.

12.2.1.3. Desenvolvimento de Protocolos Clínicos Unificados: Elaboração dos Protocolos com formação de um comitê de especialistas em cardiologia, endocrinologia e medicina geral para desenvolver os protocolos clínicos baseados nas diretrizes nacionais e internacionais mais recentes.

12.2.1.4. Implementação e Monitoramento: Os protocolos serão implementados em todas as UBSs do Estado e haverá monitoramento regular para garantir a aderência e eficácia delas.

12.2.1.5. Programa de Educação Continuada - Capacitação Profissional: Sessões regulares de capacitação serão realizadas para atualizar os profissionais de saúde sobre as inovações no tratamento e manejo das condições abordadas.

12.2.1.6. Educação dos Pacientes: Desenvolvimento de materiais educativos e realização de workshops para pacientes, ensinando-os sobre gestão de doenças, nutrição e exercícios, além de técnicas para melhor adesão ao tratamento.

12.2.1.7. Sistema de Referência e Contrarreferência: Estruturação do Sistema, com definição clara de critérios para referência e contrarreferência entre a atenção básica e especialistas, incluindo critérios para encaminhamento urgente quando necessário.

12.2.1.8. Feedback Contínuo: Estabelecimento de um sistema de feedback entre os diferentes níveis de atendimento para garantir que os pacientes recebam acompanhamento contínuo e eficaz.

12.2.1.9. Monitoramento e Avaliação - Definição de Indicadores de Desempenho: Identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo (Indicadores mínimos: níveis de pressão arterial sistólica e diastólica, níveis de hemoglobina glicosilada, níveis de LDL colesterol, porcentagem de pacientes dentro das metas estabelecidas para os 3 (três) indicadores anteriores).

12.2.1.10. Coleta e Análise de Dados: Utilização do Software para coletar dados necessários e suficientes para aferição dos indicadores em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.

12.3. Cronograma de Implementação

12.3.1. Planejamento (Mês 1)

- a) Reuniões iniciais com a equipe de saúde para apresentação do programa.
- b) Treinamento intensivo dos ACS e profissionais de saúde sobre o software e o protocolo do programa.

12.3.2. Implementação (Mês 2)

- a) Início das atividades de busca ativa e cadastramento de pacientes.
- b) Configuração do calendário de acompanhamento e sistema de lembretes.

12.3.3. Monitoramento e Ajustes (Mês 3 em diante)

- a) Monitoramento contínuo dos dados coletados e ajuste das estratégias conforme necessário.
- b) Reuniões trimestrais para avaliação do progresso e implementação de melhorias.

12.4. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA):

12.4.1. O Acordo de Nível de Serviço (SLA) estabelecerá os parâmetros mínimos de desempenho, tempos de resposta e resolução de incidentes, visando garantir a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços contratados. A Contratada deverá cumprir com os seguintes níveis de atendimento:

SEVERIDADE	DEFINIÇÃO	TEMPO DE RESOLUÇÃO	GLOSA APLICÁVEL
CRÍTICA	Paralisação total do serviço	12 horas úteis	0,5% do valor mensal por atraso
ALTA	Mau funcionamento de alguma funcionalidade com grande impacto	24 horas úteis	0,3% do valor mensal por atraso
MÉDIA	Mau funcionamento com impacto moderado	10 dias úteis	0,1% do valor mensal por atraso
BAIXA	Problemas com impacto baixo ou sem perda de serviço	20 dias úteis	0,1% do valor mensal por atraso

12.5. Descrição:

- I - Severidade Crítica: Ocorrência de falha que interrompe completamente o serviço, impossibilitando a continuidade da operação. Exemplo: sistema de monitoramento fora do ar por mais de 12 horas.
- II - Severidade Alta: Falha que compromete funcionalidades essenciais do sistema, mas que não impede a operação geral. Exemplo: atraso no envio de dados críticos para o sistema central.
- III - Severidade Média: Problemas menores que afetam o serviço, mas que não comprometem significativamente a execução das atividades. Exemplo: lentidão no carregamento de relatórios.
- IV - Severidade Baixa: Falhas não críticas, sem impacto imediato para a continuidade dos serviços. Exemplo: erro estético ou pequenas falhas no sistema de suporte.

12.6. A Contratada deverá fornecer suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, com abertura de chamados via telefone ou plataforma web, e deverá manter um relatório de acompanhamento detalhando as soluções implementadas.

12.7. Localização do SLA:

12.7.1. Esse Acordo de Nível de Serviço (SLA) deve ser inserido logo após a descrição detalhada dos requisitos técnicos e antes de seções como monitoramento e avaliação ou penalidades, de modo a garantir que o desempenho e a qualidade dos serviços prestados.

12.8. Os requisitos mínimos do sistema constam no anexo I deste Termo de Referência.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital, observado o disposto nos arts. 65 a 69, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

14.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo prestador de serviço estarão previstos no edital, devendo apresentar ainda a seguinte documentação:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e, conforme o caso demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- b) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.
- c) Balanço patrimonial mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. Essa comprovação deve ser feita por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, conforme exigido pela lei, sem possibilidade de substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- d) As empresas criadas no exercício financeiro ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º - Lei 14.133/2021).
- e) Caso a licitante não atenda aos índices contábeis mínimos exigidos neste Termo de Referência, será facultada a sua participação mediante a prestação de garantia adicional, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

14.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 14.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 14.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 14.3.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de

serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 14.4. Deverá ser comprovada a aptidão por meio de prova de conceito com a apresentação da solução tecnológica ofertada para equipe técnica da SESAPI, conforme requisitos definidos no ANEXO II..
- 14.5. O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 14.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 14.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 14.8. Além da comprovação de aptidão, os fornecedores deverão apresentar a seguinte documentação:
- a) Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;
 - b) Comprovação de propriedade da plataforma tecnológica ofertada, por meio de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo vedada a subcontratação;
 - c) A plataforma deverá atender os requisitos da nova Lei Geral de proteção de dados (LGPD);
 - d) A Contratada deve possuir registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com habilitação para o serviço a ser executado, conforme artigo 4º, na Portaria nº 2567 de 25 de novembro de 2016, do Ministério da Saúde;
 - e) A Contratada deve possuir registro no conselho regional de engenharia (CREA), conforme justificativa técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar;
 - f) A Contratada deverá emitir uma declaração de que não fará contratação de membros do quadro de pessoal da SESAPI, durante o período de fornecimento;
 - g) A Contratada deverá possuir registro no Conselho Regional de Administração (CRA) e designar um responsável pela gerência de qualidade com experiência comprovada em gestão e registro ativo no CRA, , conforme justificativa técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar;
 - h) Os profissionais contratados da área da saúde, devem possuir registro no conselho de classe competente;
 - i) A Contratada e o responsável pela área de tecnologia, devem possuir registro no Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), , conforme justificativa técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar ;
 - j) A Contratada deverá apresentar contrato de prestação de serviços, o qual figure o vínculo empregatício com os profissionais necessários para a prestação do serviço.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 15.2. Atestar o recebimento do serviço prestado, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando serviços que não estejam de acordo com as exigências expostas neste instrumento, por meio de notificação à Contratada.
- 15.3. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos serviços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 15.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.
- 15.5. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 15.6. Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado no contrato de prestação do serviço especificado neste Termo de Referência.
- 15.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da execução dos serviços e das obrigações da Contratada, através de fiscal ou comissão composta por servidores especialmente designados.
- 15.8. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.
- 15.9. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 15.10. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 15.11. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato.
- 15.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado.
- 16.2. Os serviços contratados serão implementados de forma gradativa, de acordo com as necessidades da Contratante.
- 16.3. A Contratada, para realização dos serviços, deverá utilizar ferramentas compatíveis com as existentes no ambiente operacional e de desenvolvimento adotado pela Contratante.
- 16.4. As necessidades de alocação e disponibilização dos serviços serão formalizadas junto à Contratada, de acordo com as prioridades da Contratante.
- 16.5. A execução dos serviços será declarada, no mesmo dia da sua conclusão, pelos profissionais alocados pela Contratada, através do Boletim de Execução de Serviço - BES (em papel ou meio magnético), a ser fornecido pela Contratante podendo, inclusive, ser através de sistema informatizado específico para tal fim.
- 16.6. Os serviços serão desenvolvidos observando-se todos os processos e padrões adotados pela Contratante. As adoções dos novos requerimentos citados neste documento serão planejadas e implementadas pela Contratada em comum acordo com a Contratante.
- 16.7. A Contratada deverá entregar os produtos resultantes dos serviços realizados, de acordo com as características do serviço e em

conformidade com as especificações definidas.

16.8. A Contratada deverá disponibilizar informações, podendo ser através de sistema via Internet, que permita a Contratante a gestão (monitoramento, avaliação e controle) dos serviços citados neste subitem.

16.9. Durante o período de vigência do contrato, toda e qualquer adaptação/implementação (alteração de políticas, normas, procedimentos, ferramentas, recursos de hardware e/ou software, entre outras) que implique em mudança do ambiente de TIC da Contratante, deve ser antes validada e homologada pela mesma, sendo, posteriormente, realizado o treinamento necessário ao seu bom uso.

16.10. A Contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços realizados. Os procedimentos de garantia da qualidade deverão ser realizados por toda a equipe do projeto.

16.11. A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços monitorando-os e mantendo um LOG de todos os defeitos reportados, desde o começo do projeto, até o seu fim. Em caso de desvio de qualidade, as razões e ações corretivas deverão ser discutidas e acordadas com a Contratante.

16.12. Deverá ser definido e implantado um Modelo de Segurança da Informação visando proteção dos dados corporativos quanto a integridade, confidencialidade, disponibilidade e legalidade dos mesmos, bem como um Plano de Contingência para garantir a disseminação de procedimentos de recuperação do sistema no caso de sinistro.

16.13. A Contratada deverá entregar em até 30 dias da assinatura do contrato, um plano de contingência e disponibilidade das soluções de manutenção do objeto deste Termo de Referência, onde o plano proposto pela Contratada deverá:

- a) Garantir a continuidade do funcionamento do sistema, no caso de eventuais desconexões e/ou quebras de equipamentos, catástrofes, acidentes ou outros problemas críticos com o ambiente de processamento e equipe, visando não interromper o atendimento aos usuários;
- b) Descrever os procedimentos necessários, considerando as alternativas para o funcionamento do sistema, nos casos de contingência;
- c) O contingenciamento deverá utilizar dados atualizados e possuir rotinas de segurança presentes, evitando o acesso não autorizado e mantendo íntegras as informações e dados da Contratante;
- d) Manter atualizados os procedimentos operacionais estabelecidos no plano de contingência.

16.14. A Contratada deverá ofertar treinamento e capacitação para os usuários quanto ao uso da plataforma, além de suporte técnico durante toda vigência do contrato, conforme descrito no subitem 10.6 deste Termo de Referência.

16.15. Todas e quaisquer correções provocadas por erros de implementação para os serviços executados pela Contratada, durante a vigência do contrato, deverão ser realizados sem custos adicionais para a Contratante.

16.16. Os erros de implementação originados pela Contratada deverão ser corrigidos pela mesma, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de comunicação realizada pelo Técnico designado pela Contratante.

16.17. O prazo de garantia para a comunicação de erro de implementação (alínea acima), para cada serviço implementado através desta contratação, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da homologação do serviço pelo técnico da Contratante responsável pelo mesmo.

16.18. A Contratada deverá fazer o acompanhamento do cronograma de atividades e informar sobre o andamento das atividades a Contratante, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento do serviço contratado.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) ou comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência ao contratado.

17.2. O fiscal do Contrato ou a comissão de fiscais anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

17.3. A comissão de fiscais ou o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

17.4. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou da Comissão inerentes ao objeto desta contratação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade do contratado, que é total e irrestrita em relação à execução do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste/contrato.

17.5. A atividade de fiscalização não resultará, em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

18. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal ou comissão de fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

18.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

18.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

18.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, assinado pelo fiscal do contrato ou pela comissão de fiscais, atestando a conformidade da execução com as condições contratuais e o

cumprimento integral das obrigações pela Contratada, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

18.6.1. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.6.2. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

18.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

18.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

18.10. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, a Contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

19. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E CONFIABILIDADE DOS DADOS

19.1. Sigilo e Confidencialidade dos Dados:

19.1.1. A Contratada deverá manter sigilo – sob pena de responsabilização civil, penal e/ou administrativa – sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e/ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e transferência, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações – independentemente da classificação de sigilo conferida pela SESAPI ou por terceiros a tais documentos.

19.1.2. Será exigido da Contratada a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que a mesma o exija dos seus empregados que prestarem serviços no ambiente das Unidades de Saúde desta Secretaria. Por questões de segurança, fica a Contratada obrigada a estender o COMPROMISSO de manutenção do sigilo e segurança das informações a todos os seus colaboradores diretamente envolvidos na execução do CONTRATO. Sendo que a SESAPI reserva o direito de proceder levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

19.2. Mecanismos de Segurança:

19.2.1. O sistema deve incorporar mecanismos robustos de controle de segurança para proteger contra violações de dados e acessos não autorizados, através do uso de senhas e sistemas de administração de permissões de acesso. Este controle assegura a integridade e a confidencialidade das informações organizacionais.

19.3. Testes de Consistência e Defesa contra Falhas de Segurança:

19.3.1. O sistema deve implementar testes de consistência dos dados de entrada e mecanismos de defesa contra falhas de segurança, como SQL Injection e Cross Site Scripting (XSS), para garantir a consistência e segurança dos dados, protegendo as informações contra vulnerabilidades.

20. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. A vigência do Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. O contrato se tornará eficaz somente após a publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), providenciada pela CONTRATANTE, conforme disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.1. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário.

20.2. Tendo em vista tratar de serviços ou fornecimentos continuados, o Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

20.3. O serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

20.4. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços ou do fornecimento tem natureza continuada;

20.5. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

20.6. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na manutenção do contrato;

20.7. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

20.8. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

20.9. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

20.10. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

20.11. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

20.12. A Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviço ou fornecimento continuados, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme art. 106, III, da Lei n. 14.133/2021.

21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os seguintes parâmetros de aferição da prestação dos serviços:

21.1.1. **Item 1 – Software de Linha de Cuidado:** A aferição do valor a ser pago mensalmente será calculado com base no número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em que o software estiver efetivamente disponível para operação.

21.1.1.1. O valor a ser pago corresponderá ao produto do valor unitário por UBS pelo número total de unidades com o software em funcionamento no período mensal respectivo.

21.1.2. **Item 2 – Equipe de Monitoramento:** A aferição do valor a ser pago mensalmente será calculado com base no número de regiões de saúde em que o serviço está disponibilizado e se encontrar efetivamente em operação.

21.1.2.1. O valor a ser pago corresponderá ao produto do valor unitário por equipe pelo número total de regiões atendidas no período.

21.1.3. **Item 3 – Equipe de Gestão:** A aferição se dará mensalmente, mediante apresentação de relatórios e comprovação das atividades desenvolvidas pela equipe.

21.1.4. **Item 4 – Plataforma de Educação Continuada:** A aferição se dará com base no número de educandos efetivamente capacitados, conforme relatório detalhado de participantes e certificados de conclusão emitidos no período.

21.1.4.1. Para fins da aferição em questão, será expurgados do cálculo os educandos que no intervalo de 12 (doze) meses optarem por refazer o curso.

21.1.4.2. Só será considerado na medição os educandos que efetivamente concluírem o curso no período, mediante a devida comprovação documental.

21.2. Em qualquer caso, a verificação e o aceite formal das medições apresentadas serão realizados pelo fiscal ou pela comissão de fiscais designados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí..

22. DO PAGAMENTO

22.1. A Contratada deverá encaminhar à Contratante, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

22.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato.

22.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

22.4. Constatando-se a situação de irregularidade do prestador de serviço contratado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade.

22.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

22.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

22.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação fiscal.

22.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22.11. O pagamento pela prestação dos serviços será realizado mensalmente, diretamente em conta bancária da Contratada, de acordo com os serviços prestados, mediante apresentação da Nota Fiscal, juntamente com o relatório dos serviços prestados, devidamente atestados pelo fiscal contrato.

22.12. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetiva prestação dos serviços e da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

23.1. A Contratada que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativa, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.1.1. **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na prestação dos serviços, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

23.1.2. **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto contratado e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de fornecimento e/ou serviço.

23.1.2.1. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

23.1.2.2. Na hipótese de a Contratada não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SESAPI inscreverá o valor em dívida ativa.

23.1.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não atender às autorizações de serviços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado sem motivo justificado.

23.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

23.1.5. É admitida a reabilitação da Contratada perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

23.2. Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí- CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

23.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, a Contratada, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.

23.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contida implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou da prestação dos serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.2. As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.3. A participação do proponente neste certame implica em aceitação de todos os termos deste Termo de Referência.

24.4. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo de Referência será o do Município de Teresina – Piauí.

(Assinado e datado eletronicamente)

Leila Marília da Silva Santos

Superintendente da SUPAT/SESAPI

Após análise do Termo de Referência relativo ao Pregão Eletrônico , para formação de Registro de Preços visando a eventual e futura contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da HAS, DM e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP)**, com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, **Decreto Estadual nº 21.872/2023** e demais legislações pertinentes a matéria.

Aprovo:

(Assinado e datado eletronicamente)

Dirceu Hamilton Cordeiro Campêlo

Secretário de Estado da Saúde - **Substituto**

ANEXO I - REQUISITOS MÍNIMOS DO SISTEMA

1. Visão Geral

A solução tecnológica a ser contratada tem como finalidade prover um sistema de linha de cuidado voltado à atenção primária em saúde, com foco na prevenção, rastreamento, diagnóstico e tratamento das condições crônicas mais prevalentes — especialmente a hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM) e dislipidemia (DLP).

O sistema será implantado em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de todo o Estado do Piauí, integrando-se com os sistemas já existentes da Secretaria Estadual de Saúde e promovendo a coordenação do cuidado longitudinal e centrado no paciente.

A ferramenta deverá viabilizar o acompanhamento clínico contínuo e padronizado, permitir a estratificação de risco da população, automatizar o fluxo assistencial, facilitar a prescrição e a solicitação de exames, e fornecer inteligência analítica por meio de indicadores e dashboards em tempo real.

Além disso, deverá garantir a segurança da informação, estar em conformidade com a LGPD, possuir recursos de usabilidade e acessibilidade, e oferecer suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana.

2. Modulo de Segurança

Descrição

Este modulo é responsável por manter e garantir o acesso de servidores devidamente cadastrados e com os respectivos perfis de competência.

Requisitos Mínimos

- Cadastro personalizado de níveis de perfis de acesso com permissões definidas pelo administrador do sistema.
- Cadastro de Usuários com atribuição de perfil de acesso.
- Autenticação de usuários por meio da plataforma GOV.BR.
- Auditoria de acesso de usuários com operações realizadas dentro do sistema, com painel de acompanhamento de acessos.

3. Módulo de Gerenciamento de Pacientes

Descrição

Este módulo concentra todas as informações clínicas e demográficas dos pacientes cadastrados, estruturando os dados necessários para o acompanhamento longitudinal da saúde e facilitando a continuidade do cuidado.

Requisitos Mínimos

- Cadastro individualizado completo: Deve permitir o registro de dados demográficos, contatos, histórico familiar, histórico de doenças pregressas, alergias, hábitos de vida (tabagismo, consumo de álcool, alimentação, atividade física), comorbidades e medicações em uso.
- Histórico clínico estruturado: Interface organizada com visualização cronológica das consultas, intervenções, exames e metas clínicas. Deve incluir filtros por tipo de evento e capacidade de gerar relatórios automatizados.
- Timeline assistencial: Linha do tempo visual que permita aos profissionais visualizarem, de forma gráfica, a evolução clínica do paciente com destaque para marcos importantes do tratamento.
- Trilhas de auditoria: Todo registro e alteração devem ser auditáveis, com identificação do profissional, data e horário.

4. Módulo de Estratificação de Risco

Descrição

Este módulo é responsável por analisar os dados clínicos e laboratoriais dos pacientes para calcular o risco cardiovascular e categorizar automaticamente os indivíduos conforme a necessidade de atenção clínica intensiva.

Requisitos Mínimos

- Algoritmo de estratificação automatizado: Implementação de calculadoras de risco baseadas em diretrizes nacionais e internacionais (SBC, ESC, AHA), com suporte a fórmulas como SCORE, ASCVD e Framingham.
- Classificação de risco com alertas: O sistema deve classificar os pacientes em categorias (baixo, moderado, alto, muito alto risco cardiovascular) e gerar alertas automáticos para acompanhamento prioritário.
- Histórico de risco por período: Armazenamento da evolução do risco ao longo do tempo para apoiar decisões clínicas baseadas em progressão ou regressão do quadro.

5. Módulo de Protocolos Clínicos e Suporte à Decisão

Descrição

Responsável por padronizar condutas clínicas, este módulo orienta os profissionais conforme protocolos estabelecidos, reduz variações no cuidado e apoia a segurança do paciente.

Requisitos Mínimos

- Protocolos clínicos embutidos: Implementação de diretrizes oficiais (ex: SBC, ADA, SBEM), com possibilidade de atualização periódica pelo gestor do sistema.
- Order sets (ordens agrupadas): Sugestão automatizada de condutas clínicas e exames conforme o diagnóstico e estágio do paciente.
- Alertas de boas práticas clínicas: Sinalizações em tempo real sobre ausência de exames, não adesão à terapia, interações medicamentosas ou necessidade de atualização de metas clínicas.
- Controle de alertas personalizável: Permitir configuração de alertas por tipo de profissional para evitar sobrecarga de notificações (alert fatigue).

6. Módulo de Prescrição e Solicitação de Exames

Descrição

Este módulo permite aos profissionais realizarem prescrições eletrônicas e solicitações de exames laboratoriais ou de imagem de maneira integrada, padronizada e segura.

Requisitos Mínimos

- Prescrição eletrônica com base em listas padronizadas: Deve oferecer catálogos de medicamentos organizados por classe terapêutica, com posologia sugerida e compatível com os protocolos do SUS.
- Verificação de interações medicamentosas: O sistema deve alertar automaticamente sobre potenciais interações entre medicamentos, alergias e duplicidades terapêuticas.
- Solicitação digital de exames: Deve permitir solicitação direta de exames com integração ao laboratório (seja por API, HL7, ou envio digital), incluindo data prevista de realização.
- Acompanhamento de resultados: Interface para visualização automática dos resultados recebidos, com comparativo gráfico com metas clínicas e sinalização visual de resultados fora dos padrões.

7. Módulo de Linha de Cuidado e Referência / Contrarreferência

Descrição

Permite organizar e monitorar o fluxo de encaminhamentos dos pacientes para outros níveis de atenção e garantir o retorno adequado ao serviço de origem.

Requisitos Mínimos

- Controle de encaminhamentos: Cadastro completo dos encaminhamentos realizados, com motivo clínico, especialidade solicitada, unidade de destino, e status do agendamento.
- Retorno garantido (contrarreferência): Mecanismo obrigatório de retorno de informações do especialista à UBS, com análise clínica e plano de continuidade.
- Painel de fluxo assistencial: Visualização gráfica do status dos encaminhamentos, incluindo tempo médio de espera e unidades mais demandadas.
- Integração com sistema estadual de regulação: O módulo deve permitir integração nativa com o sistema de regulação estadual ou nacional, para interoperabilidade do fluxo.

8. Módulo de Educação em Saúde

Descrição

Oferece ferramentas para planejar, executar e registrar ações educativas com os pacientes, com foco na promoção da saúde e autocuidado.

Requisitos Mínimos

- Registro de ações educativas: Cadastro e acompanhamento de oficinas, grupos operativos, encontros coletivos e visitas domiciliares com registro de participantes e conteúdo abordado.
- Envio automatizado de lembretes e conteúdo: Envio de mensagens por SMS, e-mail ou notificação em aplicativo com lembretes de consultas, orientações e campanhas educativas.
- Material educativo digital: Biblioteca acessível aos pacientes com conteúdos sobre HAS, DM, DLP, estilo de vida saudável, nutrição, tabagismo, entre outros.
- Relatórios de participação e impacto: Geração de relatórios que indiquem a taxa de participação dos pacientes nas ações e correlação com indicadores clínicos.

9. Módulo de Indicadores e Monitoramento

Descrição

Fornece inteligência analítica por meio da geração automática de indicadores, painéis gerenciais e relatórios comparativos para apoiar a avaliação e melhoria contínua dos serviços.

Requisitos Mínimos

- Dashboards em tempo real: Visualização de dados por unidade de saúde, município, região e estado, com filtros por período, sexo, faixa etária e condição clínica.
- Indicadores mínimos obrigatórios:
 - Percentual de pacientes com pressão arterial controlada (PAS < 140 mmHg e PAD < 90 mmHg).
 - Percentual de pacientes com hemoglobina glicada (HbA1c) < 7%.
 - Percentual de pacientes com LDL < 100 mg/dL.
 - Adesão às consultas (mínimo de 2 por ano).
 - Realização de exames laboratoriais (mínimo de 2 exames de HbA1c e perfil lipídico por ano).
 - Índice de satisfação dos usuários (Net Promoter Score - NPS).
- Exportação de dados e integração com BI: Possibilidade de exportar indicadores em formatos padronizados (CSV, JSON, XML) e integração com sistemas de business intelligence (BI) da Secretaria.
- Alertas para metas não atingidas: Sistema de notificações automáticas quando indicadores críticos estiverem fora da meta estabelecida.

ANEXO II - PROVA DE CONCEITO

Roteiro para a realização da prova de conceito

A Prova de Conceito (PoC) é a oportunidade de se avaliar na prática uma solução ofertada por um determinado fornecedor, buscando, por meio de evidência documentada, subsidiar dados em que se busca estabelecer se este produto ou prestação de serviços atende ou não os requisitos necessários para se obter os resultados necessários demandados pelo interessado. Possibilita também identificar problemas técnicos e logísticos potenciais que podem interferir nestes resultados esperados ou no sucesso da solução.

A exigência da prova de conceito para os requisitos constantes no Termo de Referência, visa assegurar ao demandante que a aquisição da solução em pauta que atenda aos requisitos funcionais e técnicos solicitados, amenizando os riscos da contratação.

Ademais, oferece também a oportunidade para que a organização solicite feedbacks (dar resposta a um determinado pedido ou acontecimento) internos ou externos sobre um produto ou serviço em análise, visando mitigar riscos desnecessários que possam impactar ou inviabilizar o uso da ferramenta.

Outrossim, outros benefícios podem ser sentidos, dentre eles:

- a) Eficiência na gestão de recursos;
- b) Evidências documentais tangíveis de que a solução atende na prática ou se é viável sua customização ou adaptação;
- c) Ganho de confiança por parte dos demandantes, pois passam a visualizar que o projeto pode chegar a resultados satisfatórios;
- d) Diminuição dos riscos e aumento da possível satisfação do cliente final, seja ele interno ou externo, com o resultado concreto;
- e) Orientação da tomada de decisão, com maior visibilidade e controle.

Assim, para aceitação da proposta **será exigida** apresentação de prova de conceito, conforme as condições abaixo:

- a) A Prova de Conceito – POC consistirá da apresentação dos requisitos funcionais e técnicos;
- b) A primeira licitante classificada deverá comprovar que atende aos requisitos constantes do Termo de Referência que contemplará a contratação da solução;
- c) Será desclassificada a licitante que não atender os requisitos exigidos na POC;
- d) Os testes para verificação de pleno funcionamento do sistema serão realizados por técnico representante do licitante vencedor com o acompanhamento dos servidores da área técnica da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI), os quais serão responsáveis pela assinatura do Termo de Aceite da solução. Ambos deverão assinar a ata que constará o ocorrido na sessão;
- e) A partir da convocação, a licitante terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para dar início a prova de conceito nas dependências da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI);
- f) A prova de Conceito terá prazo máximo de 15 dias úteis para ser concluída após seu início;
- g) Os horários da Prova de Conceito serão das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00;
- h) O representante da licitante deverá estar presente durante a apresentação, oportunidade em que esclarecerá as dúvidas ou divergências que possam ser levantadas pela equipe técnica;
- i) É direito dos licitantes concorrentes acompanharem os procedimentos relativos à prova de conceito presencialmente; no entanto, não poderão interrompê-la de nenhum modo, sendo-lhes permitido fazer constar pronunciamento em ata;
- j) Se o licitante for aprovado na prova de conceito e sua proposta estiver em conformidade com o Edital, ela será aceita e apta a firmar contrato com a Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI);
- k) Caso o licitante seja reprovado, sua proposta será desclassificada e o segundo licitante colocado terá a oportunidade de apresentar o seu software numa nova prova de conceito;
- l) O prazo para a apresentação da segunda colocada será o mesmo da primeira, ou seja, de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação.

Critérios de avaliação e pontuação

A equipe técnica da licitante deverá demonstrar as funcionalidades do sistema, comprovando o atendimento dos requisitos descritos nos módulos a seguir. Cada requisito será avaliado individualmente com base nos seguintes critérios de pontuação:

- Atende integralmente: 10 (dez) pontos
- Atende parcialmente: 5 (cinco) pontos
- Não atende: 0 (zero) ponto

A pontuação máxima possível é de **310 (trezentos e dez)** pontos.

Para que a proposta seja considerada aprovada na prova de conceito, será necessário atingir, no **mínimo, 248 (duzentos e quarenta e oito) pontos, equivalentes a 80% da pontuação total.**

A equipe técnica da licitante deverá demonstrar as funcionalidades do sistema, comprovando o atendimento dos seguintes requisitos:

Modulo de Segurança				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Cadastro personalizado de níveis de perfis de acesso com permissões definidas pelo administrador do sistema.				
Cadastro de Usuários com atribuição de perfil de acesso.				
Autenticação de usuários por meio da plataforma GOV.BR.				
Auditoria de acesso de usuários com operações realizadas dentro do sistema, com painel de acompanhamento de acessos.				

Módulo de Gerenciamento de Pacientes				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado

Cadastro individualizado completo: Deve permitir o registro de dados demográficos, contatos, histórico familiar, histórico de doenças pregressas, alergias, hábitos de vida (tabagismo, consumo de álcool, alimentação, atividade física), comorbidades e medicações em uso.				
Histórico clínico estruturado: Interface organizada com visualização cronológica das consultas, intervenções, exames e metas clínicas. Deve incluir filtros por tipo de evento e capacidade de gerar relatórios automatizados.				
Timeline assistencial: Linha do tempo visual que permita aos profissionais visualizarem, de forma gráfica, a evolução clínica do paciente com destaque para marcos importantes do tratamento.				
Trilhas de auditoria: Todo registro e alteração devem ser auditáveis, com identificação do profissional, data e horário.				

Módulo de estratificação de risco				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Algoritmo de estratificação automatizado: Implementação de calculadoras de risco baseadas em diretrizes nacionais e internacionais (SBC, ESC, AHA), com suporte a fórmulas como SCORE, ASCVD e Framingham.				
Classificação de risco com alertas: O sistema deve classificar os pacientes em categorias (baixo, moderado, alto, muito alto risco cardiovascular) e gerar alertas automáticos para acompanhamento prioritário.				
Histórico de risco por período: Armazenamento da evolução do risco ao longo do tempo para apoiar decisões clínicas baseadas em progressão ou regressão do quadro.				

Módulo de Protocolos Clínicos e Suporte à Decisão				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Protocolos clínicos embutidos: Implementação de diretrizes oficiais (ex: SBC, ADA, SBEM), com possibilidade de atualização periódica pelo gestor do sistema.				
Order sets (ordens agrupadas): Sugestão automatizada de condutas clínicas e exames conforme o diagnóstico e estágio do paciente.				
Alertas de boas práticas clínicas: Sinalizações em tempo real sobre ausência de exames, não adesão à terapia, interações medicamentosas ou necessidade de atualização de metas clínicas.				
Controle de alertas personalizável: Permitir configuração de alertas por tipo de profissional para evitar sobrecarga de notificações (alert fatigue).				

Módulo de Prescrição e Solicitação de Exames				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Prescrição eletrônica com base em listas padronizadas: Deve oferecer catálogos de medicamentos organizados por classe terapêutica, com posologia sugerida e compatível com os protocolos do SUS.				
Verificação de interações medicamentosas: O sistema deve alertar automaticamente sobre potenciais interações entre medicamentos, alergias e duplicidades terapêuticas.				
Solicitação digital de exames: Deve permitir solicitação direta de exames com integração ao laboratório (seja por API, HL7, ou envio digital), incluindo data prevista de realização.				
Acompanhamento de resultados: Interface para visualização automática dos resultados recebidos, com comparativo gráfico com metas clínicas e sinalização visual de resultados fora dos padrões.				

Módulo de Linha de Cuidado e Referência / Contrarreferência				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Controle de encaminhamentos: Cadastro completo dos encaminhamentos realizados, com motivo clínico, especialidade solicitada, unidade de destino, e status do agendamento.				
Retorno garantido (contrarreferência): Mecanismo obrigatório de retorno de informações do especialista à UBS, com análise clínica e plano de continuidade.				
Painel de fluxo assistencial: Visualização gráfica do status dos encaminhamentos, incluindo tempo médio de espera e unidades mais demandadas.				
Integração com sistema estadual de regulação: O módulo deve permitir integração nativa com o sistema de regulação estadual ou nacional, para interoperabilidade do fluxo.				

Módulo de Educação em Saúde				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Registro de ações educativas: Cadastro e acompanhamento de oficinas, grupos operativos, encontros coletivos e visitas domiciliares com registro de participantes e conteúdo abordado.				
Envio automatizado de lembretes e conteúdo: Envio de mensagens por SMS, e-mail ou notificação em aplicativo com lembretes de consultas, orientações e campanhas educativas.				
Material educativo digital: Biblioteca acessível aos pacientes com conteúdos sobre HAS, DM, DLP, estilo de vida saudável, nutrição, tabagismo, entre outros.				
Relatórios de participação e impacto: Geração de relatórios que indiquem a taxa de participação dos pacientes nas ações e correlação com indicadores clínicos.				

Módulo de Indicadores e Monitoramento				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Dashboards em tempo real: Visualização de dados por unidade de saúde, município, região e estado, com filtros por período, sexo, faixa etária e condição clínica.				
Indicadores mínimos obrigatórios: Percentual de pacientes com pressão arterial controlada (PAS < 140 mmHg e PAD < 90 mmHg), Percentual de pacientes com hemoglobina glicada (HbA1c) < 7%, Percentual de pacientes com LDL < 100 mg/dL, Adesão às consultas (mínimo de 2 por ano), Realização de exames laboratoriais (mínimo de 2 exames de HbA1c e perfil lipídico por ano), Índice de satisfação dos usuários (Net Promoter Score - NPS).				
Exportação de dados e integração com BI: Possibilidade de exportar indicadores em formatos padronizados (CSV, JSON, XML) e integração com sistemas de business intelligence (BI) da Secretaria.				
Alertas para metas não atingidas: Sistema de notificações automáticas quando indicadores críticos estiverem fora da meta estabelecida.				

Caso o licitante seja reprovado, sua proposta será desclassificada, e será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentação da solução em nova prova de conceito. Esse procedimento poderá se repetir sucessivamente até que um licitante atenda integralmente aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência e seja aprovado na POC.

O prazo para a apresentação da prova de conceito por parte do licitante convocado será o mesmo concedido aos anteriores, ou seja, de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação formal.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA MARÍLIA DA SILVA SANTOS - Matr.03717038, Superintendente da Atenção a Saúde e Municípios**, em 09/07/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU HAMILTON CORDEIRO CAMPÊLO - Matr.0371701-1, Superintendente de Gestão de Média e Alta Complexidade**, em 11/07/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019084213** e o código CRC **620275C7**.

APÊNDICE 1 DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI-PI
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES - SESAPI-PI

Av. Pedro Freitas, S/Nº Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - http://www.saude.pi.gov.br

NUMERO 0019084165 2025/SESAPI-PI/GAB/APC
PROCESSO 00012.034880/2024-64

Teresina/PI, 09 de julho de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

LEVANTAMENTO DE MERCADO	
UNIVERSO DE PESQUISA DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES	
☐ Internet	☐ Publicações Especializadas
☒ Benchmarking	☐ Audiência pública
☒ Outro.	Especificar: Foram buscadas também outros processos similares em andamento ou já concluídos pela própria SESAPI, como: 1) Plataforma de Gerenciamento e Treinamento dos Hospitais que compõem a linha de cuidado ao trauma - processo SEI nº 00012.036237/2024-75; 2) Contratação de uma solução integrada para implantação de software de gestão de saúde, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - processo SEI nº 00012.009477/2024-05; 3) Implantação de Plataforma Digital, que permita a integração dos serviços de saúde do Piauí que farão parte da Linha de Cuidado do AVC e da Linha de Cuidado do IAM - processo SEI nº 00012.019391/2023-00.
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A MELHOR SOLUÇÃO	
O presente processo visa a formação de Registro de Preços para prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da HAS, DM e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP), com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.. Os baixos índices de atendimento na atenção primária estão diretamente relacionados aos elevados custos nos níveis secundário e terciário. A falta de prevenção e de diagnóstico precoce resulta em maior incidência de complicações que poderiam ser evitadas ou geridas de forma mais eficaz com intervenções simples e menos onerosas na atenção primária. Este cenário exige uma intervenção estadual para promover uma melhor integração e coordenação dos cuidados de saúde, garantindo a continuidade do tratamento e a gestão eficaz de doenças crônicas e condições complexas. O Piauí, assim como muitos estados brasileiros, enfrenta enormes desafios no gerenciamento de doenças crônicas, particularmente hipertensão, diabetes e dislipidemia. Estatísticas do sistema de saúde indicam que apenas 26% dos pacientes hipertensos e cerca de 20% dos diabéticos no estado têm suas condições controladas adequadamente. Esses números estão bem abaixo das médias nacionais e internacionais recomendadas para o controle dessas doenças, que são cruciais para prevenir complicações graves e reduzir a mortalidade. O Programa Mais Saúde Piauí adotará uma abordagem abrangente e técnica para aprimorar a saúde pública no estado. Implementará protocolos rigorosos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, incluindo hipertensão, diabetes e dislipidemia. Na saúde do idoso, serão adotadas intervenções gerontológicas específicas para promover envelhecimento saudável. Nesse contexto e diante dos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, observa-se a conveniência de utilização do pregão na modalidade eletrônica, como a modalidade mais viável para a presente contratação. O procedimento acessório de Credenciamento, utilizado nas contratações públicas, em especial no Estado do Piauí, e regulamentado no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi descartado em função da natureza do objeto e das características da contratação. As fases do pregão eletrônico, desde a divulgação do edital até a adjudicação do objeto, são realizadas de forma pública e transparente, garantindo a lisura do processo e possibilitando o controle social sobre as contratações públicas, obedecendo aos princípios da Transparência e Publicidade. A forma eletrônica também favorece a ampliação da concorrência, o controle e a fiscalização por parte dos órgãos de controle externo, uma vez que todas as fases do processo e as informações ficam registradas e disponíveis de forma digital. Em suma, a escolha do Registro de Preços por meio de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO é justificada pela sua transparência, eficiência e possibilidade de negociação direta com prestadores de serviços, foco no critério de preço e conformidade com a legislação. Essa alternativa permite ao Estado obter os melhores preços e condições de mercado para os serviços em questão, garantindo assim a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos.	

RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES
[] Existe
[X] Não Existe

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS		
REQUISITOS	PREGÃO COM REGISTRO DE PREÇOS	CONCORRÊNCIA
Ampla Concorrência	O Registro de Preços é um sistema utilizado para a contratação de bens e serviços em que se estabelece um preço previamente registrado por meio de uma licitação. Sua principal característica é a possibilidade de compras futuras, com base nos preços registrados, durante um período determinado. Além disso o Pregão Eletrônico permite a participação de empresas de todo o país, amplia a concorrência, possibilitando que mais prestadores de serviços apresentem propostas para o objeto licitado. Isso pode resultar em melhores condições de preço e qualidade para a administração pública. O pregão exige necessariamente a escolha de um único prestador de serviços. Esta escolha pode limitar a escalabilidade da demanda e gerar eventuais retardos na entrega dos bens e/ou serviços públicos demandados, especialmente quando se trata de serviços realizados in-loco, considerando a dispersão geográfica das unidades de saúde do Estado.	A concorrência é a modalidade mais abrangente e complexa de licitação, sendo indicada para contratos de maior valor ou complexidade técnica. A participação dos fornecedores nesta modalidade é marcada por um processo mais rigoroso.
Transparência	Ao ser realizado o registro de preços na modalidade pregão de forma eletrônica, esta modalidade permite maior transparência no processo licitatório, pois as etapas são registradas e disponibilizadas on-line, garantindo a lisura e a publicidade das contratações.	A transparência visa assegurar que o processo seja conduzido de forma justa, equitativa e acessível a todos os interessados, minimizando a possibilidade de fraudes, favorecimentos ou irregularidades. Nesse contexto, a concorrência é uma das modalidades robusta, detalhada, contendo uma série de etapas e requisitos que tornam o processo mais acessível à fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade, contudo, mais formal e demorado. Todos os atos são amplamente publicados, com relatórios técnicos e pareceres.
Menor Preço e Maior Desconto	Nessa modalidade, a disputa ocorre não apenas pelo menor preço, mas também pelo maior desconto sobre as tabelas de preços praticados no mercado. Essa inovação tem o objetivo de proporcionar mais competitividade entre os licitantes e potencializar a economia para a administração pública.	Mais detalhado, tem o potencial de permitir uma avaliação profunda da qualidade técnica das propostas, especialmente quando os critérios envolvem "melhor técnica" ou "técnica e preço". Isso torna a concorrência mais adequada para contratações complexas, que exigem soluções sob medida ou alto nível de inovação.

Inovação Tecnológica	O fato de a possibilidade de troca de fornecedores se dar apenas nos momentos de renovação contratual pode ensejar uma acomodação temporária e uma postergação ao máximo dos investimentos necessários para a entrega de bens ou serviços mais evoluídos do ponto de vista tecnológico.	A modalidade Concorrência, em especial quando adotada para a celebração de contratos de maior vulto ou complexidade, tende a favorecer a estruturação de propostas mais robustas e com maior ênfase em aspectos técnicos e de desempenho, o que pode estimular a apresentação de soluções tecnologicamente mais avançadas. Isso se dá porque, ao contrário de modalidades voltadas exclusivamente para o menor preço, a Concorrência permite maior flexibilidade na definição de critérios de julgamento, podendo considerar fatores como técnica, inovação, metodologia de execução e desempenho futuro.
----------------------	--	--

AVALIAÇÃO PONTOS FORTES E FRACOS		
SOLUÇÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
PREGÃO ELETRÔNICO	A justificativa para a utilização do pregão eletrônico, conforme estabelecido na Lei 14.133/21, está relacionada à busca pela eficiência, transparência e economia nos processos licitatório. Geralmente, os procedimentos de licitação via pregão implicam num preço de contratação mais baixo do que procedimentos em que a disputa é dispensada. Nesse contexto o Registro de Preços permite a a contratação conforme a necessidade, sem a obrigação de adquirir todos os serviços de uma só vez, gerando flexibilidade na contratação. Possibilita a obtenção de preços mais competitivos devido à previsão de demanda e ao volume de serviços, gerando economia na utilização de recursos públicos. Facilita o planejamento orçamentário e a continuidade dos serviços e aquisições.	O processo licitatório para registro de preços é, por sua natureza, mais demorado e burocrático, exigindo planejamento detalhado e rigoroso por parte da Administração. Essa complexidade pode impactar negativamente a celeridade necessária em determinadas contratações, especialmente em áreas sensíveis como a saúde pública. Ademais, a variação dos preços ao longo do tempo pode comprometer a execução orçamentária, gerando distorções entre os valores registrados e os praticados no mercado, o que pode dificultar a adesão ou execução do contrato. Outro ponto crítico refere-se à apresentação de propostas com valores significativamente baixos, o que pode ensejar a inexecuibilidade dos objetos licitados e comprometer a adequada prestação dos serviços. Um dos riscos mais relevantes associados ao modelo de registro de preços é o eventual fracasso do certame, seja pela ausência de interessados ou pela desclassificação das propostas apresentadas por descumprimento das exigências editalícias. Tal ocorrência pode acarretar atrasos significativos na obtenção de bens e serviços essenciais. No âmbito da saúde, esses atrasos podem produzir efeitos especialmente graves, como a interrupção de serviços assistenciais, o comprometimento da segurança dos pacientes e a impossibilidade de resposta imediata a demandas urgentes e emergenciais. Tais consequências impactam diretamente a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços públicos de saúde, tornando o risco do fracasso licitatório um fator crítico a ser considerado no planejamento da contratação.
CONCORRÊNCIA	Na concorrência, a administração pode adotar critérios de julgamento que não se limita ao preço, como a melhor técnica ou técnica e preço. Isso permite uma análise mais detalhada das capacidades e qualificações dos fornecedores e prestadores de serviços, além de permitir um maior equilíbrio entre custo e qualidade. Segurança jurídica elevada, com etapas bem definidas e documentadas. Alto grau de transparência, contendo uma série de etapas e requisitos que tornam o processo mais acessível à fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade.	A concorrência é uma modalidade que envolve prazos mais longos e etapas mais complexas. Isso pode ser um problema no setor de TI, onde a tecnologia avança rapidamente e um processo moroso pode resultar em soluções que já estão obsoletas quando a contratação é formalizada. Devido à complexidade do processo, a concorrência pode atrair um número menor de fornecedores, especialmente para contratos de TI, que exigem alta especialização técnica. A fase de habilitação na concorrência tende a ser mais detalhada, exigindo mais documentos e análises, o que pode afastar empresas menores ou startups que, por vezes, tem alto potencial soluções inovadoras.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

OBJETO DA CONTRATAÇÃO			
Formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da has, dm e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP) , com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.			
GARANTIA CONTRATUAL			
☐ Sem Garantia			
☐ 90 dias			
☐ 12 meses			
☒ Outro: nnn	☒ Os erros de implementação originados pela CONTRATADA deverão ser corrigidos pela mesma, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de comunicação realizada pelo Técnico designado pela CONTRATANTE. O prazo de garantia para a comunicação de erro de implementação, para cada serviço implementado através desta contratação, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da homologação do serviço pelo técnico da CONTRATANTE responsável pelo mesmo.		
	☐ Meses		
	☐ Anos		
MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA			
☒ Necessária	☒ Local		
	☐ Remota		
☐ Preventiva (Intervalo): nnn	☐ Dias	☐ Corretiva (Tolerância): nnn	☐ Horas
	☐ Meses		☐ Dias
	☐ Anos		☐ Semanas
☐ Desnecessária			

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	
MEIOS USADOS NA PESQUISA	
☐ Bancos de Preços	☒ Fornecedores Locais
☐ Preços Referenciados	☐ Fornecedores Regionais ou Nacionais
☐ Internet/Domínio Amplo	☐ Outro Especificar: (Indicar o meio).

ESTIMATIVA DE PREÇO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Software de Linha de cuidado. O software será instalado em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) envolvidas no projeto. Será configurado para integrar-se aos sistemas existentes, garantindo que todos os dados dos pacientes sejam centralizados e acessíveis, com suporte de TI 24 (vinte e quatro) horas, 7 dias por semana; Treinamento de Usuários: Profissionais de saúde receberão treinamento completo sobre como utilizar o software, focando em suas funcionalidades, como a estratificação de risco cardiovascular, gerenciamento de diagnóstico e prescrição baseada em evidências; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Unidade de Saúde	1.593	646,06	1.029.173,58	12.350.082,96

2	Equipe de monitoramento. Serão 12 (doze) equipes compostas por 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 02 (dois) auxiliares de enfermagem para as 12 (doze) regiões de saúde.	Equipe	12	12.500,00	150.000,00	1.800.000,00
3	Equipe de gestão. A equipe deverá dispor de 01 (um) médico com especialidade em cardiologista, sendo exigida a comprovação de Registro de Qualificação de Especialista (RQE), com comprovada experiência no tratamento da HAS para coordenar as ações do projeto; 01 (um) enfermeiro para coordenação do projeto; 01 (um) gerente de qualidade que será responsável pela emissão de relatórios de utilização do serviço e a implementação da estrutura necessária nas unidades.	Equipe	1	30.000,00	30.000,00	360.000,00
TREINAMENTO (VALOR POR EDUCANDO/ANO)						
4	Plataforma de Educação Continuada. Realizar treinamentos regulares para todos os agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde envolvidos no tratamento da hipertensão arterial (HAS), diabetes mellitus (DM) e dislipidemia, conforme práticas atuais (estimativa de alunos = 17.000 profissionais / equivalente a 7.254 Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais das 1.593 UBS do Estado do Piauí); implementar programas educativos para pacientes visando melhorar a sua compreensão sobre as doenças e o manejo delas, incluindo dietas, exercícios e adesão ao tratamento (estimativa de pacientes = 30% da população adulta, aproximadamente 900.000 com HAS, DM ou dislipidemia), ensinando-os sobre gestão de doenças, nutrição e exercícios, além de técnicas para melhor adesão ao tratamento; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Educandos	17.000	1.580,00	-	26.860.000,00
VALOR GLOBAL (R\$)						41.370.082,96

Requisitos Mínimos do Sistema		
Módulo	Descrição	Requisitos mínimos
Módulo de Segurança	Este módulo é responsável por manter e garantir o acesso de servidores devidamente cadastrados e com os respectivos perfis de competência.	● Cadastro personalizado de níveis de perfis de acesso com permissões definidas pelo administrador do sistema. ● Cadastro de Usuários com atribuição de perfil de acesso. ● Autenticação de usuários por meio da plataforma GOV.BR. ● Auditoria de acesso de usuários com operações realizadas dentro do sistema, com painel de acompanhamento de acessos.
Módulo de Gerenciamento de Pacientes	Este módulo concentra todas as informações clínicas e demográficas dos pacientes cadastrados, estruturando os dados necessários para o acompanhamento longitudinal da saúde e facilitando a continuidade do cuidado.	● Cadastro individualizado completo: Deve permitir o registro de dados demográficos, contatos, histórico familiar, histórico de doenças pregressas, alergias, hábitos de vida (tabagismo, consumo de álcool, alimentação, atividade física), comorbidades e medicações em uso. ● Histórico clínico estruturado: Interface organizada com visualização cronológica das consultas, intervenções, exames e metas clínicas. Deve incluir filtros por tipo de evento e capacidade de gerar relatórios automatizados. ● Timeline assistencial: Linha do tempo visual que permita aos profissionais visualizarem, de forma gráfica, a evolução clínica do paciente com destaque para marcos importantes do tratamento. Trilhas de auditoria: Todo registro e alteração devem ser auditáveis, com identificação do profissional, data e horário.
Módulo de Estratificação de Risco	Este módulo é responsável por analisar os dados clínicos e laboratoriais dos pacientes para calcular o risco cardiovascular e categorizar automaticamente os indivíduos conforme a necessidade de atenção clínica intensiva.	● Algoritmo de estratificação automatizado: Implementação de calculadoras de risco baseadas em diretrizes nacionais e internacionais (SBC, ESC, AHA), com suporte a fórmulas como SCORE, ASCVD e Framingham. ● Classificação de risco com alertas: O sistema deve classificar os pacientes em categorias (baixo, moderado, alto, muito alto risco cardiovascular) e gerar alertas automáticos para acompanhamento prioritário. ● Histórico de risco por período: Armazenamento da evolução do risco ao longo do tempo para apoiar decisões clínicas baseadas em progressão ou regressão do quadro.
Módulo de Protocolos Clínicos e Suporte à Decisão	Responsável por padronizar condutas clínicas, este módulo orienta os profissionais conforme protocolos estabelecidos, reduz variações no cuidado e apoia a segurança do paciente.	● Protocolos clínicos embutidos: Implementação de diretrizes oficiais (ex: SBC, ADA, SBEM), com possibilidade de atualização periódica pelo gestor do sistema. ● Order sets (ordens agrupadas): Sugestão automatizada de condutas clínicas e exames conforme o diagnóstico e estágio do paciente. ● Alertas de boas práticas clínicas: Sinalizações em tempo real sobre ausência de exames, não adesão à terapia, interações medicamentosas ou necessidade de atualização de metas clínicas. ● Controle de alertas personalizável: Permitir configuração de alertas por tipo de profissional para evitar sobrecarga de notificações (alert fatigue).

Módulo de Prescrição e Solicitação de Exames	Este módulo permite aos profissionais realizarem prescrições eletrônicas e solicitações de exames laboratoriais ou de imagem de maneira integrada, padronizada e segura.	● Prescrição eletrônica com base em listas padronizadas: Deve oferecer catálogos de medicamentos organizados por classe terapêutica, com posologia sugerida e compatível com os protocolos do SUS. ● Verificação de interações medicamentosas: O sistema deve alertar automaticamente sobre potenciais interações entre medicamentos, alergias e duplicidades terapêuticas. ● Solicitação digital de exames: Deve permitir solicitação direta de exames com integração ao laboratório (seja por API, HL7, ou envio digital), incluindo data prevista de realização. - Acompanhamento de resultados: Interface para visualização automática dos resultados recebidos, com comparativo gráfico com metas clínicas e sinalização visual de resultados fora dos padrões.
Módulo de Linha de Cuidado e Referência / Contrarreferência	Permite organizar e monitorar o fluxo de encaminhamentos dos pacientes para outros níveis de atenção e garantir o retorno adequado ao serviço de origem.	● Controle de encaminhamentos: Cadastro completo dos encaminhamentos realizados, com motivo clínico, especialidade solicitada, unidade de destino, e status do agendamento. ● Retorno garantido (contrarreferência): Mecanismo obrigatório de retorno de informações do especialista à UBS, com análise clínica e plano de continuidade. ● Painel de fluxo assistencial: Visualização gráfica do status dos encaminhamentos, incluindo tempo médio de espera e unidades mais demandadas. ● Integração com sistema estadual de regulação: O módulo deve permitir integração nativa com o sistema de regulação estadual ou nacional, para interoperabilidade do fluxo.
Módulo de Educação em Saúde	Oferece ferramentas para planejar, executar e registrar ações educativas com os pacientes, com foco na promoção da saúde e autocuidado.	● Registro de ações educativas: Cadastro e acompanhamento de oficinas, grupos operativos, encontros coletivos e visitas domiciliares com registro de participantes e conteúdo abordado. ● Envio automatizado de lembretes e conteúdo: Envio de mensagens por SMS, e-mail ou notificação em aplicativo com lembretes de consultas, orientações e campanhas educativas. ● Material educativo digital: Biblioteca acessível aos pacientes com conteúdos sobre HAS, DM, DLP, estilo de vida saudável, nutrição, tabagismo, entre outros. ● Relatórios de participação e impacto: Geração de relatórios que indiquem a taxa de participação dos pacientes nas ações e correlação com indicadores clínicos.
Módulo de Indicadores e Monitoramento	Fornece inteligência analítica por meio da geração automática de indicadores, painéis gerenciais e relatórios comparativos para apoiar a avaliação e melhoria contínua dos serviços.	● Dashboards em tempo real: Visualização de dados por unidade de saúde, município, região e estado, com filtros por período, sexo, faixa etária e condição clínica. ● Indicadores mínimos obrigatórios: ○ Percentual de pacientes com pressão arterial controlada (PAS < 140 mmHg e PAD < 90 mmHg). ○ Percentual de pacientes com hemoglobina glicada (HbA1c) < 7%. ○ Percentual de pacientes com LDL < 100 mg/dL. ○ Adesão às consultas (mínimo de 2 por ano). ○ Realização de exames laboratoriais (mínimo de 2 exames de HbA1c e perfil lipídico por ano). ○ Índice de satisfação dos usuários (Net Promoter Score - NPS). ● Exportação de dados e integração com BI: Possibilidade de exportar indicadores em formatos padronizados (CSV, JSON, XML) e integração com sistemas de business intelligence (BI) da Secretaria. ● Alertas para metas não atingidas: Sistema de notificações automáticas quando indicadores críticos estiverem fora da meta estabelecida.

Justificativa das exigências de Registro em Conselhos		
Conselho Profissional	Profissional envolvido	Justificativa Técnica

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES	
☐ Demanda Consolidada	Especificar: Especificar órgãos, unidades e suas respectivas demandas correlatas envolvidas.
☒ Demanda Isolada	

ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO	
☐ Previsto	Especificar item do PCA: Não há PCA
☐ Não Previsto	Providências: Não há PCA
☒ Não há PCA	O documento ainda não foi publicado, no entanto, a presente demanda está totalmente relacionada às atividades desempenhadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI), especialmente porque a hipertensão arterial e o diabetes representam desafios significativos para a saúde pública, devido à alta prevalência e aos impactos diretos na morbimortalidade da população. A contratação de serviços especializados para a linha de cuidado dessas condições é essencial para garantir a oferta de uma assistência integral e resolutive, que englobe desde a prevenção e o diagnóstico precoce até o tratamento contínuo e a reabilitação. Além disso, a estruturação dessa linha de cuidado contribui para a redução de complicações associadas, a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e a eficiência no uso dos recursos públicos, alinhando-se às diretrizes nacionais de atenção às doenças crônicas e aos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

RESULTADOS PRETENDIDOS	
☒ Continuidade das Atividades	☒ Finalísticas
	☐ De Apoio
☒ Melhoria da Governança	☐ Gestão dos Riscos
	☐ Garantia da Conformidade e Integridade
	☒ Transparência
	☒ Ganho de Eficiência
	☒ Entrega de Benefícios SocioAmbientais
☒ Ganho de Eficiência	☐ Redução de Custos Operacionais
	☐ Ganho de Escala em Contratações
	☒ Integração e Redução da Burocracia
	☐ Redução dos Tempos de Entrega
☒ Realização de Política Pública	☒ Saúde
	☐ Educação
	☐ Segurança
	☐ Promoção Social
	☐ Outra
☐ Outro.	Especificar: (Indicar o benefício).

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO	
☐ Existem	Especificar: (Apresentar cronograma de providências a serem adotadas antes e durante o contrato para assegurar o êxito do resultado, como capacitação de servidores, adequação do espaço físico etc).

☒ Não Existem

IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
☐ Existem	Especificar os impactos: (Detalhar).
	Especificar as medidas de mitigação dos impactos: (Detalhar).
☒ Não Existem	

VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL
☒ Viável
☐ Inviável



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE FARIAS CHAVES - Matr.01972936, Assessor de Gabinete**, em 11/07/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU HAMILTON CORDEIRO CAMPÊLO - Matr.0371701-1, Superintendente de Gestão de Média e Alta Complexidade**, em 11/07/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019084165** e o código CRC **807A9420**.

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LEI 14.133/2021 - OUTUBRO 2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ___/2025 - CAC - DULCD/SESAPI
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI
PROCESSO Nº 00012.034880/2024-64

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.564/0001-38, com sede à Av. Pedro Freitas, s/nº, bloco A, bairro São Pedro, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64.018-900, neste ato representado por seu Secretário, Sr. **ANTÔNIO LUIZ SOARES SANTOS**, portador da Cédula de Identidade nº 1.424.698 SSP-PI, CPF nº 057.220.698-41, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços indicado em epígrafe, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº (...), vinculado ao Parecer Jurídico PGE/PLC nº (...) e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual n. 21.872/2023 e do Decreto Estadual n. 21.938/2023, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da HAS, DM e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP)**, com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão/Concorrência nº 01/2025-R, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. Não houve formação de cadastro de reserva na licitação que deu origem à presente Ata de Registro de Preços.

OU

2.2. Nos termos do artigo 19 do Decreto Estadual n. 21.938/2023, ficam também registrados os seguintes fornecedores, obedecida a ordem de classificação no certame:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é

3.2. São órgãos e entidades participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. **VALIDADE DA ATA**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **01 (um) ano**, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5. **REVISÃO DE PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA**

5.1. Durante a vigência da ata os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2. decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

5.1.3. resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo ao órgão controlador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

5.2.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item 5.2.1, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 19 do Decreto Estadual n. 21.938/2023;

5.2.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento dos itens correspondentes da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.2.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. No caso do preço registrado se tornar inferior ao preço de mercado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.3.1. Para fins do disposto no subitem 5.4, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

5.3.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne inexecutável o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras normas aplicáveis.

5.3.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos subitem 5.3.2, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 19 do Decreto Estadual n. 21.938/2023.

5.3.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento dos itens correspondentes da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 5.3 e 5.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.3.6. O Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar alteração ou rescisão contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. A atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos no edital para a variação do valor contratual.

5.5. Conforme Decreto Estadual n. 21.938/2023, o fornecedor deverá ter seu registro cancelado quando:

5.5.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

5.5.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.5.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.5.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Na hipótese do subitem 5.5.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.7. Caberá ao órgão gerenciador, em despacho fundamentado da autoridade competente, cancelar o registro, desde que nas hipóteses previstas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

5.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados os motivos, nas seguintes hipóteses:

- 5.8.1. por razão de interesse público; ou
- 5.8.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente demonstrados.
- 5.9. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. Os órgãos ou entes que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Secretaria de Administração, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 6.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 6.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 6.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 6.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere item 6.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.
- 6.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 6.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 6.6.1. O prazo de que trata o item 6.6 poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pela Secretaria de Administração, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7. CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Contrato.
- 7.2. A presente Ata de Registro de Preços registradas implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.
- 7.3. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 19, § 4º, do Decreto Estadual n. 21.938/2023.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI
PROCESSO Nº 00012.034880/2024-64

TERMO DE CONTRATO Nº (....) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA (....)

O Estado do Piauí, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.564/0001-38, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede (endereço completo), neste ato representado por seu Secretário, Sr. ANTÔNIO LUIZ SOARES DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade nº 1424698/SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 057.220.698-41; e a Empresa (....) com sede e foro na cidade de (....) Estado do (....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico n. (...), que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual n. 21.872/2023, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica**, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o incorporam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Pregão Eletrônico ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação do objeto descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. Caso se trate de contratação de serviços, a **Parte Específica** deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Caso se trate de fornecimento de bens, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na Parte Específica.

3.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária no prazo previsto na Parte Específica, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto na Parte Específica, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente, mediante termo detalhado, no prazo previsto na Parte Específica, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

3.2. Caso se trate da prestação de serviços, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na Parte Específica, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo previsto na Parte Específica deste Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo previsto na Parte Específica, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.
- 5.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento
- 5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.
- 5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- 5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 5.7. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.
- 5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
- $$I = (TX/100)/365$$
- EM = $I \times N \times VP$, onde:
- I = índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso
- 5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.
- 5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);
 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 5.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, salvo se outro for definido na **Parte Específica** deste Contrato.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O índice a ser aplicado corresponde ao acumulado no período de um ano.
- 6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 6.10. Nos casos em que não tenha havido pedido de reajuste anterior, o índice a ser aplicado deve corresponder ao acumulado no período de um ano contado do pedido de reajuste, que passará a ser o marco também para novos reajuste.
- 6.11. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.
- 6.12. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.
- 6.13. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

6.14 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 132 da Lei n. 14.133/2021.

6.15. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia como condição para a assinatura do contrato.

8.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionada.

8.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

8.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços executados, para que sejam feitas as correções pertinentes;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

9.1.6. Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2758/2021 – Plenário.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

10.1.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato

10.1.3. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.1.4. Em se tratando de fornecimento de bens:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

a.1) As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Termo de Referência. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no Termo de Referência ou com aquele ofertado na proposta, se for o caso.

a.2) O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na **Parte Específica**.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na **Parte Específica**, o objeto com avarias ou defeitos;

d) Comunicar à Contratante, no prazo previsto na **Parte Específica**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) A Contratada deverá dar garantia do fabricante caso exigida na **Parte Específica**.

10.1.5. Em se tratando da contratação de serviços:

a) Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

b) Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

- c) Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
- d) Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- e) Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
- f) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- g) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- h) Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
- i) Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;
- j) Arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
- k) Apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;
- l) Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- m) Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;
- n) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;
- o) Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
- p) Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- q) Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
- r) Submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- s) Fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;
- t) Prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

10.2. Caso se trate de prestação de serviços, a Contratada deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de serviço que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.

10.2.1. A obrigação estipulada no subitem 10.2 só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início dos serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhadas por estes.

10.2.2. O Contrato deverá reservar as vagas previstas no item 10.2 na seguinte proporção:

- a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 21 (vinte e um) ou mais empregados.
- b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 20 (vinte) empregados; e
- c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.

10.2.3. As vagas mencionadas no subitem 10.2.2, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria da Justiça - SEJUS, nos termos de regulamentação própria.

10.2.4. No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do 10.2.3, o contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

10.2.5. A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.

10.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA ONZE – FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

11.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

CLAUSULA DOZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 12.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 12.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.2.

12.6. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, do subitem 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do referido subitem.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.11. O cálculo da sanção de multa observará os seguintes parâmetros:

12.11.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.11.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

12.11.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

12.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.3.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na Parte Específica, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

15.1.1. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário.

15.2. Tratando-se de serviços ou fornecimentos continuados, o Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

15.2.1. O serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

15.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços ou do fornecimento tem natureza continuada;

15.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

15.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na manutenção do contrato;

15.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

15.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

15.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5. A Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviço ou fornecimento continuados, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme art. 106, III, da Lei n. 14.133/2021.

15.6. Caso se trate de serviço não continuado, a **Parte Específica** deste Contrato irá definir o prazo de execução.

15.7. Caso se trate de serviço não continuado, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

15.7.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLAUSULA DEZESSEIS – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **Parte Específica** deste Contrato disporá sobre a possibilidade de subcontratação do objeto contratado.

CLAUSULA DEZESSETE – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;
- e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

- e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;
- e.1.4) sempre que necessário, orientará a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ATI, ou a entidade que a substituir, durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;
- e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;
- e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- e.1.7) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;
- e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;
- e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;
- e.1.10) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.
- e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;
- e.1.12) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.
- e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;
- e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;
- e.1.15) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

17.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

17.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

17.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público,

Órgãos de controle administrativo.

17.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

17.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

17.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

17.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DEZOITO – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

18.1. São de responsabilidade das partes, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste Contrato e no Termo de Referência, os riscos relacionados na **Parte Específica** deste contrato, conforme tenha sido prevista matriz de riscos para a sua execução.

18.2. Caso as situações descritas no item 18.1 da **Parte Específica** venham a ocorrer, poderão ser adotadas as providências a seguir:

18.2.1. Utilização de seguros obrigatórios previamente definidos no contrato;

18.2.2. Restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato nos casos em que o sinistro seja considerado na matriz de riscos como causa de desequilíbrio não suportada pela parte que pretenda o restabelecimento;

18.2.3. Resolução do contrato quando o sinistro majorar excessivamente ou impedir a continuidade da execução contratual.

18.3. As providências elencadas no item 18.2 somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DEZENOVE – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

PORTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Administrativo: 00012.034880/2024-64. Parecer PGE/PLC n. 11/2025/PGE-PI/GAB/PGE-PI/GAB/CSSSAPI e DESPACHO PGE-PI/GAB/AP2 Nº 62/2025
1.2	☒ A presente contratação decorre do Pregão Eletrônico n. 01/2025-R e Ata de Registro de Preços n. ____/____. ☐ A presente contratação ocorre por Dispensa/Inexigibilidade de licitação fundamentada no (art. ... Lei...).

Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da HAS, DM e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP)**, com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Software de Linha de cuidado. O software será instalado em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) envolvidas no projeto. Será configurado para integrar-se aos sistemas existentes, garantindo que todos os dados dos pacientes sejam centralizados e acessíveis, com suporte de TI 24 (vinte e quatro) horas, 7 dias por semana; Treinamento de Usuários: Profissionais de saúde receberão treinamento completo sobre como utilizar o software, focando em suas funcionalidades, como a estratificação de risco cardiovascular, gerenciamento de diagnóstico e prescrição baseada em evidências; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Unidade de Saúde	1.593	(valor homologado)	(valor homologado)	(valor homologado)
2	Equipe de monitoramento. Serão 12 (doze) equipes compostas por 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 02 (dois) auxiliares de enfermagem para as 12 (doze) regiões de saúde.	Equipe	12	(valor homologado)	(valor homologado)	(valor homologado)
3	Equipe de gestão. A equipe deverá dispor de 01 (um) médico com especialidade em cardiologista, sendo exigida a comprovação de Registro de Qualificação de Especialista (RQE), com comprovada experiência no tratamento da HAS para coordenar as ações do projeto; 01 (um) enfermeiro para coordenação do projeto; 01 (um) gerente de qualidade que será responsável pela emissão de relatórios de utilização do serviço e a implementação da estrutura necessária nas unidades.	Equipe	1	(valor homologado)	(valor homologado)	(valor homologado)
TREINAMENTO (VALOR POR EDUCANDO/ANO)						
4	Plataforma de Educação Continuada. Realizar treinamentos regulares para todos os agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde envolvidos no tratamento da hipertensão arterial (HAS), diabetes mellitus (DM) e dislipidemia, conforme práticas atuais (estimativa de alunos = 17.000 profissionais / equivalente a 7.254 Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais das 1.593 UBS do Estado do Piauí); implementar programas educativos para pacientes visando melhorar a sua compreensão sobre as doenças e o manejo delas, incluindo dietas, exercícios e adesão ao tratamento (estimativa de pacientes = 30% da população adulta, aproximadamente 900.000 com HAS, DM ou dislipidemia), ensinando-os sobre gestão de doenças, nutrição e exercícios, além de técnicas para melhor adesão ao tratamento; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Educandos	17.000	(valor homologado)	(valor homologado)	(valor homologado)
VALOR GLOBAL (R\$)						(somatório dos valores anuais)

- ☒ O serviço ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante.
- ☐ O serviço/fornecimento não ocorrerá de forma continuada, tendo em vista se trata de atividade esporádica que deverá ser realizada em um período de tempo predeterminado.

2.2	☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado. ☐ A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. ☒ Não se aplica
3.1.1	☐ O prazo de entrega dos bens é de dias, contados do(a), em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço ☒ Não se aplica.
3.1.2.	☐ Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de (....) (dias). ☒ Não se aplica.
3.1.3.	☐ O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de (....). ☒ Não se aplica.
3.1.4.	☐ Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de (....) (dias) ☒ Não se aplica.
3.2.1	☒ Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) (dias), contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Detalhado assinado pelas partes. - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga. - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis. - O recebimento provisório não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. - A verificação e o aceite formal das medições apresentadas serão realizados pelo fiscal ou pela comissão de fiscais designados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, utilizando-se dos seguintes parâmetros de aferição da prestação dos serviços prestados: a) Item 1 – Software de Linha de Cuidado: A aferição do valor a ser pago mensalmente será calculado com base no número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em que o software estiver efetivamente disponível para operação. a.1) O valor a ser pago corresponderá ao produto do valor unitário por UBS pelo número total de unidades com o software em funcionamento no período mensal respectivo. b) Item 2 – Equipe de Monitoramento: A aferição do valor a ser pago mensalmente será calculado com base no número de regiões de saúde em que o serviço estiver disponibilizado e se encontrar efetivamente em operação. b.1) O valor a ser pago corresponderá ao produto do valor unitário por equipe pelo número total de regiões atendidas no período. c) Item 3 – Equipe de Gestão: A aferição se dará mensalmente, mediante apresentação de relatórios e comprovação das atividades desenvolvidas pela equipe. d) Item 4 – Plataforma de Educação Continuada: A aferição se dará com base no número de educandos efetivamente capacitados, conforme relatório detalhado de participantes e certificados de conclusão emitidos no período. d.1) Para fins da aferição em questão, serão expurgados do cálculo os educandos que no intervalo de 12 (doze) meses optarem por refazer o curso. d.2) Só será considerado na medição os educandos que efetivamente concluírem o curso no período, mediante a devida comprovação documental. ☐ Não se aplica.
3.2.2	☒ O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta. - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório; - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021); - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança. ☐ Não se aplica.

3.2.3	☒ Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, assinado pelo fiscal do contrato ou pela comissão de fiscais, atestando a conformidade da execução com as condições contratuais e o cumprimento integral das obrigações pela Contratada. - O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. ☐ Não se aplica.
4.1.	☐ O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...). ☐ O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$(.....). ☒ O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...), sendo meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
6.2	☐ Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA-E, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato. ☒ Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTU, calculado pelo IPEA.
7.1.	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de 2025, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 170101 Fonte: 600 Programa de Trabalho: 10.302. 0100. 6198 Elemento de Despesa: 339039
8.1.	☒ Não será exigida garantia de execução da contratada. ☐ No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar garantia contratual, correspondente a _____% (_____ por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021. 8.1.1. Caso a contratada opte pelo seguro-garantia, o prazo para prestação da garantia será no mínimo de 1 (um) mês anteriormente à assinatura do contrato, conforme art. 96, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.
9.3	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral , são deveres da CONTRATANTE: a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este contrato e seus anexos. b) Atestar o recebimento do serviço prestado, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando serviços que não estejam de acordo com as exigências expostas neste instrumento, por meio de notificação à Contratada. c) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos serviços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. d) Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações. e) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. f) Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado no contrato de prestação do serviço especificado neste Termo de Referência. g) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da execução dos serviços e das obrigações da Contratada, através de fiscal ou comissão composta por servidores especialmente designados. h) Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC. i) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável. j) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer. k) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato. l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
10.1.4, "a.2"	☐ O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada. ☒ Não se aplica.
10.1.4, "c"	☐ O objeto com avarias ou defeitos deverá ser (substituído/reparado) no prazo de (...) ☒ Não se aplica.

10.1.4, "d"	☐ Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. ☒ Não se aplica.
10.1.4, "e"	☐ A empresa contratada deverá dar garantia do fabricante de no mínimo (....) , a contar da data do fornecimento e aceite por parte da (...). ☒ Não se aplica ao caso a exigência de garantia do fabricante.
10.3.	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATADA: a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado. b) Os serviços contratados serão implementados de forma gradativa, de acordo com as necessidades da Contratante. c) A Contratada, para realização dos serviços, deverá utilizar ferramentas compatíveis com as existentes no ambiente operacional e de desenvolvimento adotado pela Contratante. d) As necessidades de alocação e disponibilização dos serviços serão formalizadas junto à Contratada, de acordo com as prioridades da Contratante. e) A execução dos serviços será declarada, no mesmo dia da sua conclusão, pelos profissionais alocados pela Contratada, através do Boletim de Execução de Serviço - BES (em papel ou meio magnético), a ser fornecido pela Contratante podendo, inclusive, ser através de sistema informatizado específico para tal fim. f) Os serviços serão desenvolvidos observando-se todos os processos e padrões adotados pela Contratante. As adoções dos novos requerimentos citados neste documento serão planejadas e implementadas pela Contratada em comum acordo com a Contratante. g) A Contratada deverá entregar os produtos resultantes dos serviços realizados, de acordo com as características do serviço e em conformidade com as especificações definidas. h) A Contratada deverá disponibilizar informações, podendo ser através de sistema via Internet, que permita a Contratante a gestão (monitoramento, avaliação e controle) dos serviços citados neste subitem. i) Durante o período de vigência do contrato, toda e qualquer adaptação/implementação (alteração de políticas, normas, procedimentos, ferramentas, recursos de hardware e/ou software, entre outras) que implique em mudança do ambiente de TIC da Contratante, deve ser antes validada e homologada pela mesma, sendo, posteriormente, realizado o treinamento necessário ao seu bom uso. j) A Contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços realizados. Os procedimentos de garantia da qualidade deverão ser realizados por toda a equipe do projeto. k) A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços monitorando-os e mantendo um LOG de todos os defeitos reportados, desde o começo do projeto, até o seu fim. Em caso de desvio de qualidade, as razões e ações corretivas deverão ser discutidas e acordadas com a Contratante. l) Deverá ser definido e implantado um Modelo de Segurança da Informação visando proteção dos dados corporativos quanto a integridade, confidencialidade, disponibilidade e legalidade dos mesmos, bem como um Plano de Contingência para garantir a disseminação de procedimentos de recuperação do sistema no caso de sinistro. m) A Contratada deverá entregar em até 30 dias da assinatura do contrato, um plano de contingência e disponibilidade das soluções de manutenção do objeto deste Termo de Referência, onde o plano proposto pela Contratada deverá: - m.1) Garantir a continuidade do funcionamento do sistema, no caso de eventuais desconexões e/ou quebras de equipamentos, catástrofes, acidentes ou outros problemas críticos com o ambiente de processamento e equipe, visando não interromper o atendimento aos usuários; - m.2) Descrever os procedimentos necessários, considerando as alternativas para o funcionamento do sistema, nos casos de contingência; - m.3) O contingenciamento deverá utilizar dados atualizados e possuir rotinas de segurança presentes, evitando o acesso não autorizado e mantendo íntegras as informações e dados da Contratante; - m.4) Manter atualizados os procedimentos operacionais estabelecidos no plano de contingência. n) A Contratada deverá ofertar treinamento e capacitação para os usuários quanto ao uso da plataforma, além de suporte técnico durante toda vigência do contrato, conforme descrito no subitem 10.6 deste Termo de Referência. o) Todas e quaisquer correções provocadas por erros de implementação para os serviços executados pela Contratada, durante a vigência do contrato, deverão ser realizados sem custos adicionais para a Contratante. p) Os erros de implementação originados pela Contratada deverão ser corrigidos pela mesma, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de comunicação realizada pelo Técnico designado pela Contratante. q) O prazo de garantia para a comunicação de erro de implementação (alínea acima), para cada serviço implementado através desta contratação, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da homologação do serviço pelo técnico da Contratante responsável pelo mesmo. r) A Contratada deverá fazer o acompanhamento do cronograma de atividades e informar sobre o andamento das atividades a Contratante, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento do serviço contratado.

11.4.	A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: a) O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) ou comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência ao contratado. b) O fiscal do Contrato ou a comissão de fiscais anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º). c) A comissão de fiscais ou o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º). d) Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou da Comissão inerentes ao objeto desta contratação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade do contratado, que é total e irrestrita em relação à execução do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste/contrato. e) A atividade de fiscalização não resultará, em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.
12.1.1	Sem prejuízo das penalidades previstas na Parte Geral deste Contrato, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções: a) A Contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021. b) Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, a Contratada, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas. c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa. d) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021. e) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. f) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.
15.1.	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
15.6.	☐ O prazo de execução do serviço é de (...dias/meses), contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do art. 111 da Lei n. 14.133/2021. ☒ Não se aplica.
16.1	☒ É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado. ☐ Será permitida a subcontratação de ____ % (_____ por cento) do objeto contratado, na forma indicada no Termo de Referência, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação. 16.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. 16.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. 16.1.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. 16.1.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

17.14

A aplicação da LGPD ao presente contrato abrange, ainda, as seguintes disposições:

a) Em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso durante a execução dos serviços de forma legal e transparente, respeitando a privacidade e os direitos dos titulares dos dados;

b) A Contratante e a Contratada comprometem-se em cumprir suas obrigações, quando houver tratamento de dados pessoais, no que couber, ao abrigo da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

c) Conforme a LGPD, dados pessoais são quaisquer informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável. Já dados pessoais sensíveis são dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

d) Ainda consoante a LGPD, o tratamento destes dados pessoais, sensíveis ou não, será toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

e) A Contratada prestará à Contratante os serviços previstos com atenção às regras de proteção de dados e a partir das premissas da LGPD, em especial os seus princípios, conforme descrito no Art. 9º desta lei.

f) A Contratada somente poderá realizar o tratamento dos dados que lhe forem repassados pela Contratante conforme as instruções desta e nos exatos limites do contrato. Os dados pessoais que forem repassados desta forma serão acessados somente por funcionários da Contratada, ficando sob sua responsabilidade o estabelecimento dos termos e controles de sigilo sobre estes acessos.

g) A Contratada compromete-se a não utilizar os dados fornecidos pela Contratante para qualquer outro propósito que não o cumprimento do objeto do contrato, assim como jamais colocará, por seus atos ou por sua omissão, a Contratante em situação de violação das leis de proteção de dados.

h) Caso a Contratada considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com o contrato ou que uma instrução da CONTRATANTE pode infringir a LGPD ou outras leis relacionadas à proteção de dados, a Contratada prontamente notificará a Contratante e aguardará novas instruções.

i) Quando solicitado, a Contratada fornecerá à Contratante todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações previstas nesta cláusula contratual.

j) A Contratada compromete-se a eliminar os dados pessoais, sensíveis ou não, aos quais teve acesso em razão do contrato firmado com a Contratante assim que a finalidade do tratamento for alcançada; os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade e/ou for encerrado a prestação de serviços que serviu de objeto do contrato originário firmado com a Contratante e/ou nos casos contidos na Lei de Acesso à Informação.

k) A Contratante terá o direito de auditar o tratamento de dados pessoais, sensíveis ou não, realizado pela Contratada com base nesta cláusula, incluindo, mas não se limitando, as medidas técnicas e organizacionais implementadas pela Contratada.

l) A Contratada indenizará à Contratante qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custo e despesas, incluindo, mas não se limitando, os devidos honorários advocatícios, as multas, penalidades ou custos investigativos relativos às demandas que surgirem em razão do não cumprimento por parte da Contratada das obrigações previstas na LGPD especificamente direcionadas aos operadores, conforme já definido no presente instrumento.

m) Se o titular dos dados, a autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações da Contratada relativas ao tratamento de dados pessoais, sensíveis ou não, a Contratada submeterá esse pedido à apreciação da Contratante. A Contratada não poderá, sem instruções prévias da Contratante, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

n) Contratante e a Contratada, na condição de agentes de tratamento, adotarão medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

o) Na hipótese de ocorrer um incidente de segurança, a Contratada informará a Contratante, por escrito, acerca desta, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência do incidente. As informações a serem disponibilizadas pela Contratada incluirão pelo:

o.1) quais dados foram vazados;

o.2) informações sobre possíveis acessos suspeitos e as respectivas credenciais utilizadas; endereços IPs e portas utilizadas nos acessos suspeitos; registros de logs; eventuais técnicas de ataque identificadas pela equipe de tratamento de incidente;

o.3) descrição da natureza da violação dos dados pessoais, incluindo as categorias e o número e identificação de titulares de dados impactados, bem como as categorias e o número de registros de dados impactados;

o.4) os riscos relacionados ao incidente; e) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e

o.5) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos dados pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos.

☐ Não se aplica ao presente contrato a previsão de matriz de riscos.

☒ São de responsabilidade das partes, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste Contrato e no Termo de Referência, os riscos a seguir relacionados, conforme matriz de riscos em anexo a este contrato:

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	ALOCÇÃO DO RISCO	TRATAMENTO

18.1

Inadimplência contratual	Inadimplência contratual (empresa não cumpre cronograma ou entrega parcial).	MÉDIA	CONTRATANTE	Monitoramento contínuo e aplicação de penalidades previstas em contrato.
Alteração contratual	Alterações contratuais inadequadas ou fora do escopo inicial.	MÉDIA	CONTRATANTE	Realizar auditoria técnica prévia e formalizar aditivos contratuais apenas dentro das condições legais.
Inconsistências no software	Software entregue não atende aos requisitos técnicos ou é incompatível com a infraestrutura local.	ALTA	CONTRATADO	Testes rigorosos antes da implementação e suporte técnico contínuo.
Atraso na execução dos serviços	Atrasos nos atendimentos ou no cronograma devido à logística inadequada ou insuficiência de recursos por parte do credenciado.	MÉDIA	CONTRATADO	Estabelecer penalidades contratuais por atraso, monitorar regularmente os cronogramas, e realizar acompanhamento contínuo da execução dos serviços.
Custos adicionais imprevistos	Despesas não previstas, como manutenção inesperada de equipamentos, reajustes logísticos ou contratações emergenciais.	ALTA	CONTRATANTE	Prever margens de contingência no orçamento e monitorar de perto as demandas para evitar aumentos não planejados.
			CONTRATADO	Estabelecer cláusulas que exijam planejamento financeiro detalhado por parte do credenciado e criar mecanismos de auditoria sobre os custos.
Vazamento de dados sensíveis	Risco de comprometimento das informações dos pacientes devido a falhas de segurança.	MÉDIA	CONTRATADO	Exigência de protocolos de segurança rigorosos e auditorias frequentes.
Dificuldade na integração do software	Problemas de compatibilidade com os sistemas já utilizados nas UBS	ALTA	CONTRATADO	Problemas de compatibilidade com os sistemas já utilizados nas UBS
			CONTRATANTE	Melhorar planejamento e logística, aumentar a transparência e a supervisão dos serviços, e ajustar o contrato conforme as demandas.
Interrupção do serviço	Paralisação temporária ou permanente dos atendimentos por problemas financeiros ou administrativos do Contratado.	BAIXA	CONTRATADO	Exigir garantias contratuais, prever plano de contingência e rescindir o contrato em caso de inexecução, com contratação emergencial.

Execução Técnica	Treinamento inadequado ou insuficiente dos profissionais do programa.	MÉDIA	CONTRATANTE	Inserir cronograma detalhado de capacitação no contrato e prever indicadores para avaliação da qualidade do treinamento.
			CONTRATADO	Inserir cronograma detalhado de capacitação no contrato e prever indicadores para avaliação da qualidade do treinamento.
Turnover da equipe de monitoramento	Alta rotatividade dos profissionais pode impactar a continuidade do projeto.	MÉDIA	CONTRATADO	Estratégia de retenção de talentos e treinamentos recorrentes
Não conformidade documental	Falta de entrega de relatórios ou documentos obrigatórios, dificultando a fiscalização.	MÉDIA	CONTRATADO	Exigir relatórios obrigatórios no contrato, com prazos definidos e penalidades em caso de descumprimento.
Dificuldade na Avaliação de Indicadores	Coleta de dados insuficiente pode comprometer a mensuração do impacto do programa.	MÉDIA	CONTRATADO	Definir KPIs claros e garantir a padronização da coleta de informações.

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina (PI), ____ de _____ de 2025.

(NOME DA AUTORIDADE)
ÓRGÃO
CONTRATANTE

(EMPRESA)
(REPRESENTANTE – CARGO)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
1.
2.

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI
PROCESSO Nº 00012.034880/2024-64

À Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025-R** – Diretoria de Unidade de Licitações e Contratações Diretas - Carta-Proposta de Prestação de Serviços.

Sr. (a) Pregoeiro (a),

Apresentamos nossa proposta conforme Anexo I (Termo de Referência) que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PROPOSTA DE PREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Software de Linha de cuidado. O software será instalado em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) envolvidas no projeto. Será configurado para integrar-se aos sistemas existentes, garantindo que todos os dados dos pacientes sejam centralizados e acessíveis, com suporte de TI 24 (vinte e quatro) horas, 7 dias por semana; Treinamento de Usuários: Profissionais de saúde receberão treinamento completo sobre como utilizar o software, focando em suas funcionalidades, como a estratificação de risco cardiovascular, gerenciamento de diagnóstico e prescrição baseada em evidências; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Unidade de Saúde	1.593	_____	_____	_____
2	Equipe de monitoramento. Serão 12 (doze) equipes compostas por 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 02 (dois) auxiliares de enfermagem para as 12 (doze) regiões de saúde.	Equipe	12	_____	_____	_____
3	Equipe de gestão. A equipe deverá dispor de 01 (um) médico com especialidade em cardiologista, sendo exigida a comprovação de Registro de Qualificação de Especialista (RQE), com comprovada experiência no tratamento da HAS para coordenar as ações do projeto; 01 (um) enfermeiro para coordenação do projeto; 01 (um) gerente de qualidade que será responsável pela emissão de relatórios de utilização do serviço e a implementação da estrutura necessária nas unidades.	Equipe	1	_____	_____	_____
TREINAMENTO (VALOR POR EDUCANDO/ANO)						
4	Plataforma de Educação Continuada. Realizar treinamentos regulares para todos os agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde envolvidos no tratamento da hipertensão arterial (HAS), diabetes mellitus (DM) e dislipidemia, conforme práticas atuais (estimativa de alunos = 17.000 profissionais / equivalente a 7.254 Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais das 1.593 UBS do Estado do Piauí); implementar programas educativos para pacientes visando melhorar a sua compreensão sobre as doenças e o manejo delas, incluindo dietas, exercícios e adesão ao tratamento (estimativa de pacientes = 30% da população adulta, aproximadamente 900.000 com HAS, DM ou dislipidemia), ensinando-os sobre gestão de doenças, nutrição e exercícios, além de técnicas para melhor adesão ao tratamento; deverá ter identificação de indicadores chave para medir o sucesso do projeto, incluindo taxas de controle de doenças, satisfação do paciente e adesão ao protocolo estadual para tratamento das comorbidades citadas; A utilização do Software deverá coletar dados em tempo real, permitindo uma análise contínua que ajudará a ajustar e melhorar o projeto conforme necessário.	Educandos	17.000	_____	_____	_____
VALOR GLOBAL (R\$)						_____

Valor total da proposta: R\$ (por extenso).

*** Descrever o item conforme especificações detalhadas no Termo de Referência**

2.2. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3. Os serviços serão realizados de acordo com a necessidade estabelecida pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI.

2.4. Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos serviços do objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA:

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI

PROCESSO 00012.034880/2024-64

DECLARAÇÃO

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita (o) no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (Endereço Completo), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025-R - CAC-DULCD/SESAPI, que tem por objeto é a contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de gerenciamento do diagnóstico e tratamento da has, dm e dislipidemia, com fornecimento de software para plataforma de gerenciamento e treinamento dos profissionais que compõem o Programa Mais Saúde Piauí - LINHA DE CUIDADO HIPERTENSÃO ARTERIAL (HAS), DIABETES MELLITUS (DM) E DISLIPIDEMIA (DLP)**, com o objetivo de implementar protocolos clínicos de prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia, na garantia da integração em rede dos pontos de atenção e gestão do cuidado, em âmbito estadual, desde a atenção primária à saúde, pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e regulação em saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e no Termo de Referência, em cumprimento do previsto no [art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#), DECLARA, sob as penalidades da lei, **expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.**

LOCAL / DATA

Assinatura do representante legal da empresa

NOME

RG / CPF

ANEXO VI- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88.

REFERÊNCIA:

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI

PROCESSO 00012.034880/2024-64

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrito (a) no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto do inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021., acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz:

() SIM

() NÃO

LOCAL / DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME

RG / CPF:

ANEXO VII - DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

REFERÊNCIA:

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025-R- CAC - DULCD/SESAPI

PROCESSO 00012.034880/2024-64

Roteiro para a realização da prova de conceito

A Prova de Conceito (PoC) é a oportunidade de se avaliar na prática uma solução ofertada por um determinado fornecedor, buscando, por meio de evidência documentada, subsidiar dados em que se busca estabelecer se este produto ou prestação de serviços atende ou não os requisitos necessários para se obter os resultados necessários demandados pelo interessado. Possibilita também identificar problemas técnicos e logísticos potenciais que podem interferir nestes resultados esperados ou no sucesso da solução.

A exigência da prova de conceito para os requisitos constantes no Termo de Referência, visa assegurar ao demandante que a aquisição da solução em pauta que atenda aos requisitos funcionais e técnicos solicitados, amenizando os riscos da contratação.

Ademais, oferece também a oportunidade para que a organização solicite feedbacks (dar resposta a um determinado pedido ou acontecimento) internos ou externos sobre um produto ou serviço em análise, visando mitigar riscos desnecessários que possam impactar ou inviabilizar o uso da ferramenta.

Outrossim, outros benefícios podem ser sentidos, dentre eles:

- a) Eficiência na gestão de recursos;
- b) Evidências documentais tangíveis de que a solução atende na prática ou se é viável sua customização ou adaptação;
- c) Ganho de confiança por parte dos demandantes, pois passam a visualizar que o projeto pode chegar a resultados satisfatórios;
- d) Diminuição dos riscos e aumento da possível satisfação do cliente final, seja ele interno ou externo, com o resultado concreto;
- e) Orientação da tomada de decisão, com maior visibilidade e controle.

Assim, para aceitação da proposta **será exigida** apresentação de prova de conceito, conforme as condições abaixo:

- f) A Prova de Conceito – POC consistirá da apresentação dos requisitos funcionais e técnicos;
- g) A primeira licitante classificada deverá comprovar que atende aos requisitos constantes do Termo de Referência que contemplará a contratação da solução;
- h) Será desclassificada a licitante que não atender os requisitos exigidos na POC;
- i) Os testes para verificação de pleno funcionamento do sistema serão realizados por técnico representante do licitante vencedor com o acompanhamento dos servidores da área técnica da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI), os quais serão responsáveis pela assinatura do Termo de Aceite da solução. Ambos deverão assinar a ata que constará o ocorrido na sessão;
- j) A partir da convocação, a licitante terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para dar início a prova de conceito nas dependências da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI);
- k) A prova de Conceito terá prazo máximo de 15 dias úteis para ser concluída após seu início;
- l) Os horários da Prova de Conceito serão das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00;
- m) O representante da licitante deverá estar presente durante a apresentação, oportunidade em que esclarecerá as dúvidas ou divergências que possam ser levantadas pela equipe técnica;
- n) É direito dos licitantes concorrentes acompanharem os procedimentos relativos à prova de conceito presencialmente; no entanto, não poderão interrompê-la de nenhum modo, sendo-lhes permitido fazer constar pronunciamento em ata;
- o) Se o licitante for aprovado na prova de conceito e sua proposta estiver em conformidade com o Edital, ela será aceita e apta a firmar contrato com a Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI);
- p) Caso o licitante seja reprovado, sua proposta será desclassificada e o segundo licitante colocado terá a oportunidade de apresentar o seu software numa nova prova de conceito;
- q) O prazo para a apresentação da segunda colocada será o mesmo da primeira, ou seja, de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação.

Critérios de avaliação e pontuação

A equipe técnica da licitante deverá demonstrar as funcionalidades do sistema, comprovando o atendimento dos requisitos descritos nos módulos a seguir. Cada requisito será avaliado individualmente com base nos seguintes critérios de pontuação:

- Atende integralmente: 10 (dez) pontos
- Atende parcialmente: 5 (cinco) pontos
- Não atende: 0 (zero) ponto

A pontuação máxima possível é de **310 (trezentos e dez)** pontos.

Para que a proposta seja considerada aprovada na prova de conceito, será necessário atingir, no **mínimo, 248 (duzentos e quarenta e oito) pontos, equivalentes a 80% da pontuação total**.

A equipe técnica da licitante deverá demonstrar as funcionalidades do sistema, comprovando o atendimento dos seguintes requisitos:

Modulo de Segurança

REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Cadastro personalizado de níveis de perfis de acesso com permissões definidas pelo administrador do sistema.				
Cadastro de Usuários com atribuição de perfil de acesso.				
Autenticação de usuários por meio da plataforma GOV.BR.				
Auditoria de acesso de usuários com operações realizadas dentro do sistema, com painel de acompanhamento de acessos.				

Módulo de Gerenciamento de Pacientes				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Cadastro individualizado completo: Deve permitir o registro de dados demográficos, contatos, histórico familiar, histórico de doenças pregressas, alergias, hábitos de vida (tabagismo, consumo de álcool, alimentação, atividade física), comorbidades e medicações em uso.				
Histórico clínico estruturado: Interface organizada com visualização cronológica das consultas, intervenções, exames e metas clínicas. Deve incluir filtros por tipo de evento e capacidade de gerar relatórios automatizados.				
Timeline assistencial: Linha do tempo visual que permita aos profissionais visualizarem, de forma gráfica, a evolução clínica do paciente com destaque para marcos importantes do tratamento.				
Trilhas de auditoria: Todo registro e alteração devem ser auditáveis, com identificação do profissional, data e horário.				

Módulo de estratificação de risco				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Algoritmo de estratificação automatizado: Implementação de calculadoras de risco baseadas em diretrizes nacionais e internacionais (SBC, ESC, AHA), com suporte a fórmulas como SCORE, ASCVD e Framingham.				
Classificação de risco com alertas: O sistema deve classificar os pacientes em categorias (baixo, moderado, alto, muito alto risco cardiovascular) e gerar alertas automáticos para acompanhamento prioritário.				
Histórico de risco por período: Armazenamento da evolução do risco ao longo do tempo para apoiar decisões clínicas baseadas em progressão ou regressão do quadro.				

Módulo de Protocolos Clínicos e Suporte à Decisão				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Protocolos clínicos embutidos: Implementação de diretrizes oficiais (ex: SBC, ADA, SBEM), com possibilidade de atualização periódica pelo gestor do sistema.				
Order sets (ordens agrupadas): Sugestão automatizada de condutas clínicas e exames conforme o diagnóstico e estágio do paciente.				
Alertas de boas práticas clínicas: Sinalizações em tempo real sobre ausência de exames, não adesão à terapia, interações medicamentosas ou necessidade de atualização de metas clínicas.				
Controle de alertas personalizável: Permitir configuração de alertas por tipo de profissional para evitar sobrecarga de notificações (alert fatigue).				

Módulo de Prescrição e Solicitação de Exames				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Prescrição eletrônica com base em listas padronizadas: Deve oferecer catálogos de medicamentos organizados por classe terapêutica, com posologia sugerida e compatível com os protocolos do SUS.				
Verificação de interações medicamentosas: O sistema deve alertar automaticamente sobre potenciais interações entre medicamentos, alergias e duplicidades terapêuticas.				
Solicitação digital de exames: Deve permitir solicitação direta de exames com integração ao laboratório (seja por API, HL7, ou envio digital), incluindo data prevista de realização.				
Acompanhamento de resultados: Interface para visualização automática dos resultados recebidos, com comparativo gráfico com metas clínicas e sinalização visual de resultados fora dos padrões.				

Módulo de Linha de Cuidado e Referência / Contrarreferência				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Controle de encaminhamentos: Cadastro completo dos encaminhamentos realizados, com motivo clínico, especialidade solicitada, unidade de destino, e status do agendamento.				
Retorno garantido (contrarreferência): Mecanismo obrigatório de retorno de informações do especialista à UBS, com análise clínica e plano de continuidade.				
Painel de fluxo assistencial: Visualização gráfica do status dos encaminhamentos, incluindo tempo médio de espera e unidades mais demandadas.				
Integração com sistema estadual de regulação: O módulo deve permitir integração nativa com o sistema de regulação estadual ou nacional, para interoperabilidade do fluxo.				

Módulo de Educação em Saúde				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Registro de ações educativas: Cadastro e acompanhamento de oficinas, grupos operativos, encontros coletivos e visitas domiciliares com registro de participantes e conteúdo abordado.				
Envio automatizado de lembretes e conteúdo: Envio de mensagens por SMS, e-mail ou notificação em aplicativo com lembretes de consultas, orientações e campanhas educativas.				
Material educativo digital: Biblioteca acessível aos pacientes com conteúdos sobre HAS, DM, DLP, estilo de vida saudável, nutrição, tabagismo, entre outros.				
Relatórios de participação e impacto: Geração de relatórios que indiquem a taxa de participação dos pacientes nas ações e correlação com indicadores clínicos.				

Módulo de Indicadores e Monitoramento				
REQUISITO	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Resultado
Dashboards em tempo real: Visualização de dados por unidade de saúde, município, região e estado, com filtros por período, sexo, faixa etária e condição clínica.				
Indicadores mínimos obrigatórios: Percentual de pacientes com pressão arterial controlada (PAS < 140 mmHg e PAD < 90 mmHg), Percentual de pacientes com hemoglobina glicada (HbA1c) < 7%, Percentual de pacientes com LDL < 100 mg/dL, Adesão às consultas (mínimo de 2 por ano), Realização de exames laboratoriais (mínimo de 2 exames de HbA1c e perfil lipídico por ano), Índice de satisfação dos usuários (Net Promoter Score - NPS).				
Exportação de dados e integração com BI: Possibilidade de exportar indicadores em formatos padronizados (CSV, JSON, XML) e integração com sistemas de business intelligence (BI) da Secretaria.				
Alertas para metas não atingidas: Sistema de notificações automáticas quando indicadores críticos estiverem fora da meta estabelecida.				

Caso o licitante seja reprovado, sua proposta será desclassificada, e será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentação da solução em nova prova de conceito. Esse procedimento poderá se repetir sucessivamente até que um licitante atenda integralmente aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência e seja aprovado na POC.

O prazo para a apresentação da prova de conceito por parte do licitante convocado será o mesmo concedido aos anteriores, ou seja, de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação formal.